

**LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.**  
**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 28/04/2017**

Prezados Senhores,

A Administração da Light Serviços de Eletricidade S.A. S.A. ("S.E.S.A." ou "Companhia") vem submeter à apreciação dos seus acionistas a Proposta da Administração sobre a matéria que será objeto de deliberação na Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se em 28 de abril de 2017, às 09h30min, na sede da Companhia, na Av. Marechal Floriano, 168, Parte, 2º andar, Corredor A, Centro, Rio de Janeiro-RJ, constante da ordem do dia, nos termos abaixo propostos ("Proposta"):

**Matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária:**

- I. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016**
- II. Deliberar sobre a proposta para a destinação do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 e distribuição de dividendos**
- III. Fixar a remuneração anual global dos administradores**

**Matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária:**

- I. Alterar a composição do Conselho de Administração para eleger novos conselheiros titulares e suplentes que irão complementar o período restante do mandato dos membros que renunciaram ou serão substituídos dos seus respectivos cargos, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social de 2017.**

Todas as informações e os documentos referidos na presente Proposta e previstos no Artigo 10 da Instrução CVM nº 481/09, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, no seu website ([ri.light.com.br](http://ri.light.com.br)) e no website da Comissão de Valores Mobiliários – CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

Rio de Janeiro, 28 de março de 2017.

A Administração

## **Matéria constante da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária**

**I- Alterar a composição do Conselho de Administração para eleger novos conselheiros titulares e suplentes que irão complementar o período restante do mandato dos membros que renunciaram ou serão substituídos dos seus respectivos cargos, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social de 2017.**

Tendo em vista que o Conselheiro Titular Sr. Mauro Borges Lemos renunciou ao seu respectivo cargo em 28 de outubro de 2016, conforme correspondência endereçada à Companhia, a Administração da Light S.A. propõe a eleição do Sr. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva, como membro titular do Conselho de Administração da Companhia, para cumprir o período restante do mandato, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social que se encerra em 31 de dezembro de 2017.

Tendo em vista, ainda, que o Conselheiro Suplente Sr. Wagner Delgado Costa Reis renunciou ao seu respectivo cargo em 20 de outubro de 2016, conforme correspondência endereçada à Companhia, a Administração da Light S.A. propõe a eleição do Sr. Leonardo Tadeu Dallariva Rocha, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, para cumprir o período restante do mandato, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social que se encerra em 31 de dezembro de 2017.

Tendo em vista, também, que o Conselheiro Suplente Sr. Eduardo Henrique Campolina Franco renunciou ao seu respectivo cargo em 23 de março de 2017, conforme correspondência endereçada à Companhia, a Administração da Light S.A. propõe a eleição do Sr. Luís Fernando Paroli Santos, como membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, para cumprir o período restante do mandato, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social que se encerra em 31 de dezembro de 2017.

Além disso, propõe-se as seguintes alterações nos cargos de membros suplentes do Conselho de Administração, para o cumprimento do restante do mandato, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social que se encerra em 31 de dezembro de 2017:

- Eleição da Sra. Andrea Belo Lisboa Dias em substituição ao Sr. Daniel Batista da Silva Júnior;
- Eleição da Sra. Patricia Gracindo Marques de Assis Bentes em substituição ao Sr. Samy Kopit Moscovitch

Assim, o Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a realização da AGO de 2018, passará a ter a seguinte composição:

<b>Conselho de Administração Light SESA</b>	
<b>Efetivo</b>	<b>Suplente</b>
Nelson José Hubner Moreira	<b>Patricia Gracindo Marques de Assis Bentes</b>
Sérgio Gomes Malta	<b>Luís Fernando Paroli Santos</b>
<b>José Afonso Bicalho Beltrão da Silva</b>	César Vaz de Melo Fernandes
Marcello Lignani Siqueira	<b>Andrea Belo Lisboa Dias</b>
Marco Antônio de Rezende Teixeira	Rogério Sobreira Bezerra
Ana Marta Horta Veloso	<b>Leonardo Tadeu Dallariva Rocha</b>
Edson Rogério da Costa	Julio Cezar Alves de Oliveira
Marcelo Pedreira Oliveira	Luiz Carlos da Silva Cantídio Júnior
Carlos Alberto da Cruz	Magno dos Santos Filho

*Em negrito o nome dos membros indicados nesta AGE.*

Seguem no **Anexo I** as informações relativas aos itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência, previsto no Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09, conforme orientação do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº01/2017, relativamente aos candidatos indicados para os cargos de membro titular e membros suplentes do Conselho de Administração da Companhia.

#### **DA ORIGEM E JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA**

As eleições ora propostas, com indicações da única acionista, visam ao preenchimento das vagas que estão em aberto, para compor o Conselho de Administração da Companhia, e, ainda, a substituição de membros suplentes, todos para a complementação ao período restante dos mandatos, ou seja, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social que se encerra em 31 de dezembro de 2017.

#### **DOS EFEITOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS DA PROPOSTA**

Diante do exposto, as eleições propostas visam, tão somente, alterar o quadro de composição do Conselho de Administração da Companhia.

No que tange aos efeitos econômicos, não haverá alteração orçamentária, uma vez que as vagas a serem preenchidas já existem, bem como foram previstas na proposta de remuneração dos Administradores, já submetida à aprovação na Assembleia Geral Ordinária da Companhia. Desta forma, não há modificação e/ou restrição a quaisquer dos direitos dos acionistas, haja vista que as eleições propostas versam especificamente para alteração do quadro de Administradores da Companhia.

**ANEXO I - Comentários dos Administradores sobre a Situação Financeira da Companhia nos Termos do Item 10 do Formulário de Referência**

**10. Comentários dos diretores:**

**10.1. Os diretores devem comentar sobre:**

**10.1.a. condições financeiras e patrimoniais gerais**

**Patrimônio Líquido e Caixa\***

<b>R\$ milhões</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Caixa e equivalentes de caixa com liquidez imediata	561,8	257,6	252,1
Títulos e Valores Mobiliários	7,8	8,1	92,7
Patrimônio Líquido	2.486,0	2.549,4	2.481,6
Dívida Líquida	5.432,2	6.036,6	5.252,2
Dívida Líq. / Patrimônio Líquido	2,2	2,4	2,1

O patrimônio líquido da Light SESA, em 31 de dezembro de 2016, era de R\$ 2.486,0 milhões, uma redução de 2,49%, ou R\$ 63,4 milhões, em relação aos R\$ 2.549,4 milhões totalizados em 31 de dezembro de 2015. Isto ocorreu devido à redução de 372% no lucro líquido do exercício de 2016.

Quando comparamos 2015 com 2014, observamos uma evolução no patrimônio líquido de R\$ 267,8 milhões, em função aumento de R\$ 107,0 milhões ocorridos em 2015 referente a um aumento de capital.

Em 31 de dezembro de 2016, a Light SESA tinha uma posição de caixa de R\$ 561,8 milhões e o montante de R\$ 7,8 milhões em títulos e valores mobiliários, totalizando R\$ 569,6 milhões de disponibilidades.

Os Diretores entendem que o capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$ 5.432,2, e a relação dívida ficou em 3,72x.

Em 31 de dezembro de 2015, a Light SESA tinha uma posição de caixa de R\$ 257,6 milhões e o montante de R\$ 8,1 milhões em títulos e valores mobiliários, totalizando R\$ 265,7 milhões de disponibilidades. O capital de giro da Companhia é suficiente para as atuais exigências e os seus recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, são suficientes para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$ 6.036,6, e a relação dívida ficou em 4,16x.

Em 31 de dezembro de 2014, a Light SESA tinha uma posição de caixa de R\$ 252,1 milhões e o montante de R\$ 92,7 milhões em títulos e valores mobiliários, totalizando R\$ 344,8 milhões de disponibilidades. Na mesma data, a dívida líquida totalizava R\$ 5.252,2, e a relação dívida líquida/patrimônio líquido ficou em 3,70x.

### **Indicadores de Endividamento e Patrimoniais**

<b>Índices de Endividamento</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Índice de Endividamento Geral (Passivo Total/Ativo total)	79,01%	78,75%	77,30%
Composição de Endividamento (Passivo Circulante/Passivo Total)	41,1%	38,26%	31,26%
Imobilização do PL (Ativo Permanente/Patrimônio Líquido)	160,83%	170,35%	170,30%
<b>Índices de Liquidez</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Liquidez Corrente (Ativo Circulante/Passivo Circulante)	0,85	0,95	1,03
Liquidez Seca (Ativo Circulante – Estoques /Passivo Circulante)	0,84	0,94	1,02

O Índice de Endividamento Geral, que reflete a proporção dos ativos totais da empresa financiados por credores, aumentou 1,7 p.p. entre 2016 e 2014.

A Composição do Endividamento indica se a empresa concentra seu endividamento a curto ou longo prazo. No caso da Light SESA, verifica-se maior concentração em dívidas de longo prazo nos anos de 2014 a 2015.

A Imobilização do Patrimônio Líquido indica o quanto do Ativo Permanente da Empresa está sendo financiado pelo seu Patrimônio Líquido. Quanto mais a empresa investir no Ativo Permanente, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante e, em consequência, maior será a dependência de Capitais de Terceiros para o financiamento do Ativo Circulante. Entre 2015 e 2013, o perfil apresentado pela Companhia é compatível com setor capital intensivo.

A Liquidez Corrente e a Liquidez Seca refletem a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo. A Companhia espera melhora na geração operacional de caixa durante o exercício a findar em 31 de dezembro de 2017 em função da nova tarifa a ser praticamente a partir de 15 de março de 2017, além das novas medidas adotadas pela Administração da Companhia. Adicionalmente, a Companhia vem negociando a renovação dos empréstimos e financiamentos de curto prazo e alongamento do seu perfil de dívida. A Administração entende que o sucesso nessas etapas reverterá o cenário atual de capital circulante líquido negativo.

A Diretoria entende que os indicadores apresentados pela Companhia são compatíveis com o setor em que está inserida e que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

### 10.1.b. estrutura de capital

O setor de energia elétrica requer uso intensivo de capital. A Companhia realiza, frequentemente, captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações, o que explica a estrutura de capital da Companhia ser composta substancialmente por capital de terceiros.

Os diretores da Companhia entendem que esse leve aumento do capital de terceiros ocorrido ao longo dos últimos três exercícios está dentro da variação normal esperada para uma Companhia de uso intensivo de capital.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2016, um endividamento bruto de R\$ 6.001,8 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 6.294, 2 milhões, e R\$ 5.504,2 milhões e em 31 de dezembro de 2014.

A seguir também é apresentada a oscilação dos indicadores Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) e Patrimônio Líquido / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido), onde Dívida Líquida = Empréstimos e Financiamentos + Debêntures - Disponibilidades), apurados da seguinte forma:

<b>Estrutura de Capital</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)	68,60%	70,28%	67,52%
Patrimônio Líquido / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)	31,40%	29,72%	32,48%

Em 31 de dezembro de 2016, a participação da Dívida Líquida na Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido), era de 68,60%, 1,7 p.p. superior ao ano de 2015, ao passo que em 2015, este índice foi 2,8 p.p. superior a 2014.

Adicionalmente, a Administração informa que não há e não houve possibilidade de resgates de ações de emissão da companhia, nos últimos três exercícios, além das legalmente previstas.

### **10.1.c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes, que poderão eventualmente ser adicionados à obtenção de recursos junto a instituições financeiras públicas e privadas, caso necessário, para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual.

Em 2016, 2015 e 2014, o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, foram necessários para cobrir os compromissos da Companhia.

### **10.1.d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas:**

Nos últimos três exercícios sociais a Companhia utilizou diversas fontes de recursos para o financiamento de suas atividades. A Companhia possui linhas de crédito com bancos comerciais e bancos de desenvolvimento, tanto no Brasil, quanto no exterior, além da emissão de títulos de valores mobiliários. Para seus investimentos em ativos não circulantes, a Companhia utiliza linhas de financiamento de outros bancos e instituições financeiras de desenvolvimento.

Nos últimos três exercícios sociais, os recursos tomados pela Companhia foram provenientes de bancos e instituições de desenvolvimento, títulos e valores mobiliários e bancos comerciais.

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos realizadas no ano de 2016 foram: (i) liberações de recursos por parte do BNDES no montante de R\$ 356 milhões, sendo R\$ 342 milhões referentes ao contrato de financiamento do Capex 2015-16, R\$ 14 milhões referentes ao contrato para Capex de projetos voltados ao atendimento das Olimpíadas, ambos para a Light SESA, e R\$ 28 milhões referentes à construção da Pequena Central Hidrelétrica Lajes para Lajes Energia; (ii) rolagem de dívida da Light SESA com o Banco Santander no valor de R\$ 120 milhões através de uma operação via Lei 4131 com swap vinculado no risco em CDI; (iii) captação de recursos em moeda estrangeira para reforço de capital de giro, junto ao China Construction Bank, para a Light SESA, com proteção total à exposição cambial através de operação de swap no risco em CDI, no valor de R\$ 124,4 milhões; (iv) rolagem da 3ª Emissão de Nota Promissória da Light SESA através da 11ª emissão de Debêntures no montante total de R\$ 175 milhões junto ao Banco do Itaú e Bradesco, e contratação de Cédula de Crédito Bancário no montante de R\$100 milhões, junto a Caixa Econômica Federal; v) rolagem de dívida com o Bradesco no R\$ 180 milhões através de uma contratação de Cédula de Crédito Bancário para a Light SESA.



As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos realizadas no ano de 2015 foram: (i) liberações de recursos por parte do BNDES, ao longo dos últimos 12 meses, no montante de R\$91,9 milhões; (ii) captação em moeda estrangeira de R\$120,00 milhões, junto ao Banco Santander, com proteção à exposição cambial através de operação de swap para Real; (iii) captação em moeda estrangeira de R\$80,00 milhões, junto ao Banco BNP, com proteção à exposição cambial através de operação de swap para Real; (iv) 3ª emissão de Notas Promissórias no montante total de R\$275,0 milhões junto ao Banco do Itaú, Bradesco e CEF, a um custo de CDI + 1,63%; (v) contratação de Conta Garantida no montante de R\$100,0 milhões, junto a CEF; (vi) rolagem do empréstimo de moeda estrangeira de R\$68 milhões junto ao Banco Itaú por mais 1 ano com proteção à exposição cambial através de operação de swap para Real, com novo vencimento em dez.17.

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos realizadas no ano de 2014 foram: (i) liberações de recursos por parte do BNDES, ao longo dos últimos 12 meses, no montante de R\$418,0 milhões; (ii) captação em moeda estrangeira de R\$235,8 milhões, junto ao Citibank, com proteção à exposição cambial através de operação de swap para Real; (iii) liberações de recursos por parte da FINEP, em maio de 2014, num valor de R\$136,0 milhões, com custo de 4% a.a; (iv) 10ª emissão de debêntures da no montante total de R\$750,0 milhões junto ao Banco do Brasil, Itaú e Bradesco, a um custo de 115% do CDI; (v) captação em moeda estrangeira de R\$156 milhões, junto ao BNP Paribas, com proteção à exposição cambial através de operação de swap para Real; (vi) captação em moeda estrangeira de R\$51 milhões, junto ao Bank Tokyo-Mitsubishi, com proteção à exposição cambial através de operação de swap para Real; (vii) captação em moeda estrangeira de R\$68 milhões junto ao Banco Itaú, com proteção à exposição cambial através de operação de swap para Real.

#### **10.1.e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

As necessidades de financiamento do capital de giro e do CAPEX foram atendidas, nos últimos três exercícios sociais, através de contratação de financiamento junto a instituições financeiras, principalmente BNDES, e também da utilização da geração de caixa própria. Os diretores acreditam que caso a nossa capacidade de geração de caixa seja insuficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, conseguiremos saná-las através de contratação de novas operações de capital de giro de curto prazo com instituições financeiras ou utilização da linha de crédito já contratada. A necessidade de captação de operações mais estruturadas tem o objetivo de alongamento do perfil da dívida para manutenção do nível de alavancagem e equacionamento do fluxo de caixa de médio e longo prazo de forma que atenda as expectativas dos acionistas e credores.

**10.1.f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

Em 31 de dezembro de 2016, a dívida bruta da Companhia era de R\$6.001,8 milhões (R\$ 2.910,9 milhões em empréstimos e financiamentos e R\$3.090,9 milhões em debêntures) e a dívida líquida era de R\$5.432,2 milhões. Do valor da dívida bruta, 21,9% (R\$1.315,0 milhões) possuía vencimento no curto prazo e 78,1% (R\$4.686,8 milhões) possuía vencimento no longo prazo.

A tabela abaixo mostra os valores das dívidas dos últimos 3 exercícios:

<b>Dívidas (R\$MM)</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Curto Prazo</b>	<b>1.315,0</b>	<b>1.282,6</b>	<b>534,4</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>4.686,8</b>	<b>5.011,6</b>	<b>4.969,90</b>
<b>Dívida Bruta</b>	<b>6.001,8</b>	<b>6.294,2</b>	<b>5.504,30</b>
<b>( - ) Caixa e Eq. Caixa</b>	<b>569,6</b>	<b>257,6</b>	<b>252,1</b>
<b>Dívida Líquida</b>	<b>5.432,2</b>	<b>6.036,6</b>	<b>5.252,20</b>

**10.1.f.i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

- Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento do Projeto Smart Grid da Light S.E.S.A. firmado com a FINEP em 16 de abril de 2014, no montante total de R\$174,2 milhões, nos quais foram desembolsados R\$141,1 milhões em 16 de maio de 2014. A data de vencimento é 15 de maio de 2022. Sobre o valor do principal incidem juros de 4% ao ano.
- 10ª emissão pública de debêntures da Light S.E.S.A. de 13 de maio de 2014, no montante total de R\$750 milhões. A data de vencimento é 9 de maio de 2020. Sobre o valor do principal incidem juros de 115% da CDI ao ano.
- Contratos de Abertura de Crédito para Financiamento dos programas de investimentos da Light S.E.S.A. para o biênio 2013-2014, firmados com o BNDES, em 11 de setembro de 2014, na modalidade FINEM direto, cujos valores financiados, desembolsados e as respectivas remunerações estão discriminados abaixo:
- FINEM com taxa TJLP acrescida de 2,78% ao ano (subcréditos A e D), com vencimento em 15 de março de 2021, no valor de R\$269,6 milhões, dos quais foram desembolsados R\$195,8 milhões até 31 de dezembro de 2016;
- FINEM com taxa SELIC acrescida de 2,78% ao ano (subcréditos B e E), com vencimento em 15 de março de 2021, no valor de R\$115,6 milhões, dos quais foram desembolsados R\$783,9 milhões até 31 de dezembro de 2016; e

- FINEM com taxa de 6% ao ano (subcrédito C), com vencimento em 15 de março de 2021, no valor de R\$191,9 milhões, dos quais foram desembolsados R\$131,2 milhões até 31 de dezembro de 2016.
- Captação em moeda estrangeira (operação via Lei nº 4.131) em 24 de dezembro de 2014 no valor de US\$20,0 milhões (equivalente a R\$50,8 milhões) para a Light S.E.S.A. através do Banco de Tokyo, com vencimento em 21 de novembro de 2017.
- Captação em moeda estrangeira (operação via Lei nº 4.131) em 1º de abril de 2015 no valor de US\$ 24,5 milhões (equivalente a R\$80,0 milhões) para a Light S.E.S.A. através do Banco BNP Paribas Brasil S.A., com vencimento em 03 de abril de 2017.
- Contratação de conta garantida junto à Caixa Econômica Federal em 11 de maio de 2015, no valor de R\$ 100,0 milhões, com taxa CDI acrescida de 0,53% ao mês com vencimento em 30 de dezembro de 2017.
- Contratação de operação celebrada via Lei nº 4.131, em 12 de dezembro de 2015, no valor de R\$68,0 milhões, com taxa de CDI acrescida de 3,5% a.a., junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. pelo prazo de 14 meses, com vencimento em 15 de fevereiro de 2017.
- Contratação de operação celebrada via Lei nº 4.131, em 02 de fevereiro de 2016, com o Banco Santander (Brasil) S.A., no montante de R\$120,0 milhões, com vencimento no dia 1º de fevereiro de 2017 e remuneração de 129,95% do CDI ao ano.
- Contratação de foi operação celebrada via Lei nº 4.131, em 11 de março de 2016, com o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S.A., no montante de R\$109,0 milhões, com vencimento no dia 11 de março de 2017 e taxa de juros CDI acrescida de 4,0% ao ano, durante o período entre abril e julho de 2016, taxa de juros CDI acrescida de 4,5% ao ano, entre agosto e novembro de 2016 e taxa de juros CDI acrescida de 5,0% ao ano, entre dezembro de 2016 e março de 2017.
- Contratação de Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$100,0 milhões com a Caixa Econômica Federal, em 10 de junho de 2016, com vencimento no dia 10 de junho de 2018 e taxa de juros CDI acrescida de 4,05% ao ano.
- o Emissão da 11ª emissão pública de debêntures da Light S.E.S.A., em 10 de junho de 2016, no valor de R\$175,0 milhões, por meio do Banco Bradesco BBI S.A. e do Banco Itaú BBA S.A., com vencimento no dia 13 de junho de 2018 e taxa de juros CDI acrescida de 4,05% ao ano.
- Contratações de operações via Lei nº 4.131 com o China Construction Bank nos valores de R\$50,0 milhões e R\$74,425 milhões, em 30 de setembro e 03 de outubro de 2016, respectivamente. As operações foram realizadas ao custo de USD + libor de 6 meses + 3,50% a.a., com vencimento no dia 16 de setembro de 2019. Paralelamente, foram contratados swaps com o Banco BMG S.A. e com o Banco Fibra S.A. transferindo o risco em dólar para reais, ao custo de CDI + 4,5% a.a.
- Contratação de Cédula de Crédito Bancário, em 16 de novembro de 2016, junto ao Banco Bradesco S.A., no valor de R\$180,0 milhões, por meio de Cédula de Crédito

Bancário. A operação tem taxa de juros CDI acrescida de 3,5% a.a., com vencimento em 01 de novembro de 2019.

- Contratação de Crédito para Financiamento dos programas de investimentos da Light S.E.S.A. para o biênio 2015-2016, firmados com o BNDES, na modalidade FINEM direto, cujos valores financiados, desembolsados em 26 de dezembro de 2016 e as respectivas remunerações estão discriminados a seguir: (i) Subcrédito A: TJLP+3,74% a.a., financiado e já desembolsado R\$138,9 milhões; (ii) Subcrédito B: SELIC+4,08% a.a., financiado e já desembolsado R\$138,9 milhões; e (iii) Subcrédito C: TJLP+3,74% a.a.: financiado R\$ 185,4 milhões e já desembolsado R\$64,6 milhões, todos com vencimento 15 de março de 2023.

#### **10.1.f.ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras.**

Com exceção das relações constantes dos contratos acima descritos, a Companhia, nos últimos três exercícios sociais, não manteve outras relações de longo prazo com instituições financeiras de valores relevantes.

#### **10.1.f.iii. grau de subordinação entre as dívidas.**

A Companhia esclarece que não há e não existiu durante os três últimos exercícios sociais, grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, exceto por aquelas dívidas garantidas por direito real, que estão configuradas nos contratos celebrados com o BNDES, Eletrobrás, Tesouro Nacional e Debêntures da 4ª Emissão, sendo que citadas dívidas não possuíam grau de subordinação entre si por possuírem garantias reais, apresentadas sob a forma de cessão fiduciária ou penhor de receitas, conforme cada contrato.

Na hipótese de uma eventual instauração de procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial, a Companhia adotará os preceitos da Lei nº 11.101/05 para compor a ordem de preferência em concurso universal de credores.

#### **10.1.f.iv eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

A Companhia possui cláusulas que podem gerar antecipação do vencimento de dívidas em determinados contratos de empréstimos e financiamentos, inclusive vencimento cruzado (cross default). O vencimento antecipado só ocorre quando do não atendimento a um dos indicadores em dois trimestres consecutivos ou quatro trimestres intercalados. Todas as

emissões de debêntures, notas promissórias, as cédulas de crédito bancário, empréstimos e financiamentos (inclusive com o BNDES) preveem a manutenção de indicadores de dívida.

Empresa	Dívida	Valor de corte e <i>Cross Default</i>	Cláusulas restritivas
Light S.E.S.A.	8ª Emissão de Debêntures	<p>CROSS DEFAULT: R\$ 50.000.000,00</p> <p>Haverá vencimento antecipado pelo (i) inadimplemento, pela Light S.E.S.A., pela Light S.A. e/ou por qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento; (ii) vencimento antecipado, pela Light S.E.S.A., pela Light S.A. e/ou por qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• alteração e/ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Companhia e/ou da Fiadora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida alteração e/ou transferência de controle acionário, as classificações de risco (rating) atribuídas na Data de Emissão às Debêntures e/ou à Companhia pela agência de classificação de risco não sejam objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco e se aprovado por Debenturistas, representando, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;</li> <li>• cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Companhia, a Fiadora e/ou qualquer de suas respectivas controladas, exceto: (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou (c) pela incorporação, pela Companhia, de qualquer controlada ou de ações de qualquer controlada; ou (d) por qualquer operação</li> </ul>

			<p>envolvendo exclusivamente controladas da Companhia e/ou da Fiadora; ou (e) por qualquer operação envolvendo a Fiadora e/ou suas controladas na qual, após anunciada ou ocorrida tal operação, as classificações de risco (rating) atribuídas na Data de Emissão às Debêntures e/ou à Companhia pela agência de classificação de risco não sejam objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• alteração e/ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Companhia e/ou da Fiadora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida alteração e/ou transferência de controle acionário, as classificações de risco (rating) atribuídas na Data de Emissão às Debêntures e/ou à Companhia pela agência de classificação de risco não sejam objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco;</li> <li>• alienação pela Companhia, de ativos permanentes que representem, em um mesmo período de 12 (doze) meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.</li> </ul>
Light S.E.S.A.	9ª Emissão de Debêntures	<p>CROSS DEFAULT: R\$ 50.000.000,00</p> <p>Haverá vencimento antecipado pelo (i) inadimplemento, pela Light S.E.S.A., pela Light S.A. e/ou por qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor,</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Emissora, a Fiadora e/ou qualquer de suas respectivas controladas, exceto: (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 1ª Série em Circulação e, no mínimo, 75% (setenta e cinco</li> </ul>

		<p>individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento;</p> <p>(ii) vencimento antecipado, pela Light S.E.S.A., pela Light S.A. e/ou por qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas.</p>	<p>por cento) das Debêntures da 2ª Série em Circulação; ou (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento; ou (c) pela incorporação, pela Emissora, de qualquer controlada ou de ações de qualquer controlada; (d) por qualquer operação envolvendo exclusivamente controladas da Fiadora; e (e) por qualquer operação envolvendo a Fiadora e/ou suas controladas na qual, após anunciada ou ocorrida tal operação, as classificações de risco (rating) atribuídas na Data de Emissão às Debêntures e/ou à Emissora pela agência de classificação de risco não sejam objetos de rebaixamento pela referida agência;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• alteração e/ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora e/ou da Fiadora, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404/76, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida alteração e/ou transferência de controle acionário, as classificações de risco (rating) atribuídas na Data de Emissão às Debêntures e/ou à Emissora pela agência de classificação de risco não sejam objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco, ressalvada a hipótese de saída da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG do bloco de controle da Fiadora e/ou do controle indireto da Emissora, a qual deverá ser previamente</li> </ul>
--	--	---	---

			<p>autorizada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 1ª Série em Circulação e, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 2ª Série em Circulação;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• alienação, pela Emissora, de ativos permanentes que representem, em um mesmo período de 12 (doze) meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 1ª Série em Circulação e, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da 2ª Série em Circulação.</li> </ul>
Light S.E.S.A.	10ª Emissão de Debêntures	<p>CROSS DEFAULT: R\$ 50.000.000,00</p> <p>Haverá vencimento antecipado pelo (i) inadimplemento, pela Light S.E.S.A., pela Light S.A. e/ou por qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento; (ii) vencimento antecipado, pela Light S.E.S.A., pela Light S.A. e/ou por qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Emissora, a Fiadora e/ou qualquer de suas respectivas controladas, exceto: (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação; ou (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de Integralização ou a data de pagamento de Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento;</li> <li>• alteração e/ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora e/ou da Fiadora, nos termos do art. 116</li> </ul>



		milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas.	<p>da Lei nº 6.404/76, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida alteração e/ou transferência de controle acionário, as classificações de risco (rating) atribuídas na Data de Emissão às Debêntures e/ou à Emissora pela agência de classificação de risco não sejam objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco; e (c) não haja a saída da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG do bloco de controle da Fiadora e/ou do controle indireto da Emissora.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• alienação, pela Emissora, de ativos permanentes que representem, em um mesmo período de 12 (doze) meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação.</li> </ul>
Light S.E.S.A.	11ª Emissão de Debêntures	<p>CROSS DEFAULT: R\$ 50.000.000,00</p> <p>Haverá vencimento antecipado pelo (i) inadimplemento, pela Light S.E.S.A., pela Light S.A. e/ou por qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, no pagamento de dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento; (ii) vencimento antecipado, pela Light S.E.S.A., pela Light S.A. e/ou por qualquer de suas respectivas controladas ou coligadas, no pagamento de</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• alteração ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora ou da Fiadora, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404/76, exceto nas hipóteses em que (a) os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação tenham aprovado previamente em Assembleia de Debenturistas; (b) após anunciada ou ocorrida referida alteração ou transferência de controle acionário, a classificação de risco (rating) atribuída na Data de Emissão à Emissora pela agência de classificação de risco não seja objeto de rebaixamento pela referida agência de classificação de risco; e (c) não haja a saída da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG do bloco de controle da Fiadora ou do controle indireto da Emissora;</li> </ul>

		dívidas ou em obrigações pecuniárias cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas.	<ul style="list-style-type: none"> <li>cisão, fusão, incorporação ou incorporação de ações envolvendo a Emissora, a Fiadora ou qualquer de suas respectivas controladas, exceto: (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; ou (b) se tiver sido assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo mínimo de 6 (seis) meses contados da data de publicação das atas dos atos societários relativos à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data de da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento de Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.</li> </ul>
Light S.E.S.A.	Financiamento BNDES	Inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou integrante do Grupo Econômico que a Beneficiária pertença;	<ul style="list-style-type: none"> <li>submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de operação a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da BENEFICIÁRIA, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da BENEFICIÁRIA ou em transferência do controle acionário da BENEFICIÁRIA, ou alteração de sua qualidade de acionista controlador da BENEFICIÁRIA, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404, de 15/12/76;</li> <li>qualquer alteração no controle direto ou indireto na BENEFICIÁRIA, sem prévia e expressa autorização do BNDES.</li> </ul>
Light S.E.S.A	Empréstimos Resolução 4131	CROSS DEFAULT: R\$50.000.000,00 Haverá vencimento antecipado se o cliente e/ou o avalista inadimplirem suas obrigações e/ou não	<ul style="list-style-type: none"> <li>se o cliente, os avalistas e/ou quaisquer terceiros garantidores tiverem o seu controle societário direto ou indireto transferido a terceiro ou vierem a ser incorporados, ou ocorrer fusão,</li> </ul>

		liquidarem, no respectivo vencimento, débito de sua responsabilidade decorrente de outros contratos, empréstimos ou descontos celebrados com terceiros, inclusive no exterior, em valor igual individual ou agregado, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).	<p>ou a transferência, seja por cisão ou por qualquer outra forma, de ativos operacionais para outra entidade sem que o banco tenha manifestado, formalmente, a decisão de manter vigente esta cédula, antes de tal transferência; exceto se tais operações ocorrerem dentro do grupo econômico do cliente, hipótese na qual não será necessária qualquer prévia manifestação do banco.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• alienação, pelo cliente, avalistas e/ou quaisquer terceiros garantidores de ativos permanentes que representem, valor igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto se previamente autorizado</li> </ul>
Light S.E.S.A.	Cédulas de Crédito Bancário	<p>CROSS DEFAULT: R\$50.000.000,00</p> <p>Haverá inadimplemento cruzado (cross default) pela Emitente no pagamento de dívidas ou obrigações pecuniárias cujo valor individual ou agregado, seja superior a R\$ 50.000.000,00, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil contado na data do respectivo inadimplemento; e vencimento antecipado cruzado (cross acceleration) com relação a obrigações pecuniárias da Emitente envolvendo valores superiores a R\$ 50.000.000,00, considerando individualmente ou em conjunto (desde a data de emissão e enquanto a Cédula estiver vigente).</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• mudança ou transferência, a qualquer título do controle acionário da Emitente, bem como se houver a sua incorporação, cisão, ou fusão, sem prévia anuência do credor.</li> <li>• utilizar a integralidade dos recursos líquidos decorrentes da venda e/ou qualquer outra hipótese de transferência de ativos de geração de energia de qualquer das empresas do grupo econômico de que faz parte a emitente, que seja controlada pela Light S.A., exceto no caso de operação realizada entre as empresas do grupo econômico, na liquidação parcial, limitada ao valor dos recursos líquidos recebidos, ou total desta cédula. Referida liquidação deverá ocorrer no prazo máximo de 10 dias contados da efetiva liquidação financeira da venda e/ou transferência dos ativos, devidamente comprovada por meios documentais</li> </ul>

líquida/EBITDA, cujo limite máximo é de 3,75 vezes e cobertura de juros, cujo limite mínimo é de 2,0 vezes.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atendeu a todos os indicadores requeridos contratualmente.

Em 30 de junho de 2015, ocorreu a primeira e única quebra para o covenant de dívida líquida/EBITDA. A Companhia negociou com todos os credores e obteve os respectivos waivers, para alteração do limite dos indicadores para o período entre setembro de 2015 e setembro de 2016. Como ocorreu somente o descumprimento do indicador de dívida líquida/EBITDA por um trimestre, este fato não gerou o direito de antecipação de vencimento para nenhum dos contratos.

#### **10.1.g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

##### **Exercício Social 2016**

Contrato de financiamento BNDES Capex 2015/2016 da Light S.E.S.A. no valor de R\$475 milhões, sendo que desses, R\$342 milhões (72% do total contratado) já foram liberados até 31 de dezembro de 2016 e o saldo remanescente tem previsão de liberação em 2017. O prazo de utilização deste contrato termina em 30 de abril de 2017.

Contrato de financiamento BNDES Capex 2013/2014 da Light S.E.S.A. no valor de R\$ 418 milhões, sendo que não há mais previsão de liberação (já foi totalmente utilizado). O prazo de utilização desse contrato foi até 15 de março de 2015.

Contrato de financiamento BNDES Capex 2013/2016 da Light S.E.S.A. Olimpíadas em dezembro de 2016 no valor de R\$ 320 milhões, sendo que não há mais previsão de liberação (já foi totalmente utilizado). O prazo de utilização desse contrato foi até 15 de dezembro de 2016.

## 10.1.h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

### Análise da Demonstração do Resultado do Exercício

#### Análise da Demonstração do Resultado para o Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2016 comparado ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2015

	2015 Reapresentado	% da Receita Líquida	2016	% da Receita Líquida	2015/2014
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>10.016.227</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.657.674</b>	<b>100,0%</b>	<b>(13,6)%</b>
<b>CUSTO DA OPERAÇÃO</b>	<b>(8.560.117)</b>	<b>(85,5)%</b>	<b>(7.595.565)</b>	<b>(87,7)%</b>	<b>(11,3)%</b>
Energia Elétrica comprada para reveda	(6.830.996)	(68,2)%	(5.875.922)	(67,9)%	(14,0)%
Pessoal	(171.632)	(1,7)%	(207.097)	(2,4)%	20,7%
Material	(13.119)	(0,1)%	(15.760)	(0,2)%	20,1%
Serviço de terceiros	(283.888)	(2,8)%	(331.233)	(3,8)%	16,7%
Depreciação e amortização	(356.382)	(3,6)%	(391.417)	(4,5)%	9,8%
Custo de Construção	(936.829)	(9,4)%	(889.632)	(10,3)%	(5,0)%
Outras	32.729	0,3%	115.496	1,3%	252,9%
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.456.110</b>	<b>14,5%</b>	<b>1.062.109</b>	<b>12,3%</b>	<b>(27,1)%</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(759.040)</b>	<b>(7,6)%</b>	<b>(674.154)</b>	<b>(7,8)%</b>	<b>(11,2)%</b>
Despesas gerais e administrativas	(708.193)	(7,1)%	(621.080)	(7,2)%	(12,3)%
Outras receitas	343	0,0%	2.126	0,0%	519,8%
Outras despesas	(51.190)	(0,5)%	(55.200)	(0,6)%	7,8%
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b>697.070</b>	<b>7,0%</b>	<b>387.955</b>	<b>4,5%</b>	<b>(44,3)%</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(757.359)</b>	<b>(7,6)%</b>	<b>(664.515)</b>	<b>(7,7)%</b>	<b>(12,3)%</b>
Receitas	545.411	5,4%	104.154	1,2%	(80,9)%
Despesas	(1.302.770)	(13,0)%	(768.669)	(8,9)%	(41,0)%
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(60.289)</b>	<b>(0,6)%</b>	<b>(276.560)</b>	<b>(3,2)%</b>	<b>358,7%</b>
Imposto de renda e contribuição social Corrente	1.393	0,0%	-	0,0%	(100,0)%
Imposto de renda e contribuição social Diferido	19.738	0,2%	91.735	1,1%	364,8%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(39.158)</b>	<b>(0,4)%</b>	<b>(184.825)</b>	<b>(2,1)%</b>	<b>372,0%</b>
Lucro básico e diluído por ação	<b>3,25022</b>		<b>0,20789</b>		

#### **Receita Operacional Líquida**

A receita operacional líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 8.657,7 milhões, representando uma redução de 13,6% comparado à receita operacional líquida de R\$ 10.016,2 milhões registrada em 2015. Desconsiderando a receita de construção, houve uma redução de 14,4% entre a receita dos períodos, explicada pela queda no mercado no ano de 2016 e menores tarifas praticadas em comparação à 2015.

### ***Custo de Operação***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, os custos de bens e serviços vendidos pela Companhia foram de R\$ 7.595,6 milhões, uma redução de 11,3% quando comparados aos R\$ 8.560,1 milhões verificados em 2015. Tal variação foi causada, principalmente, a um menor custo associado a Energia Elétrica comprada por revenda.

Energia Elétrica Comprada para Revenda: O custo com energia elétrica comprada para revenda reduziu 14,0% entre os períodos de 2014 e 2015, principalmente devido a um menor custo com Itaipu decorrentes da menor variação cambial, e também uma menor necessidade de compras no SPOT (redução de 96,2%).

Pessoal: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o custo de pessoal foi de R\$ 207,1 milhões, representando um aumento de 20,7%, comparado ao custo de R\$ 171,6 milhões em 2015.

Material: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o custo com material foi de R\$ 15,7 milhões, representando um aumento de 20,1%, comparado ao custo de R\$ 13,1 milhões em 2015.

Serviços de Terceiros: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o custo de serviços de terceiros foi de R\$ 331,2 milhões, aumento de 16,7% se comparado ao custo de R\$ 283,9 milhões em 2015.

Depreciações e Amortizações: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 o montante relativo a esta linha foi de R\$ 391,4 milhões, 9,8% acima dos R\$ 356,4 milhões registrados em 2015.

Outras: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, os outros custos de operação totalizaram R\$ 115,5 milhões, um acréscimo de 252,9% quando comparado ao custo de R\$ 32,7 milhões em 2015.

### ***Lucro Operacional Bruto***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o lucro operacional bruto da Companhia foi de R\$ 1.062,1 milhões, 27,1% menor do que o lucro de R\$ 1.456,1 milhões registrado em 2015. Tal resultado é explicado pela redução da receita líquida.

### ***Despesas Operacionais***

Gerais e Administrativas: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, as despesas gerais e administrativas da Companhia somaram R\$ 621,1 milhões, representando uma redução de 12,3% em comparação aos R\$ 708,2 milhões apurados em 2015.

#### Outras Receitas (Despesas) Operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o saldo de outras receitas/despesas operacionais da Companhia foi uma despesa de R\$ 53,1 milhões, em comparação a uma despesa de R\$ 50,1 milhões em 2015 uma vez que houve uma maior baixa por desativação de bens do ativo intangível.

#### ***Lucro Operacional***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o resultado operacional da Companhia totalizou R\$ 388,0 milhões, 44,3% abaixo dos R\$ 697,1 milhões registrados em 2015. Tal resultado foi influenciado principalmente pela redução da receita.

#### ***Receitas (Despesas) Financeiras***

O resultado financeiro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi negativo em R\$ 664,5 milhões, em comparação aos R\$ 757,4 milhões, também negativo, registrados em 2015.

Receitas: A receita financeira do ano, de R\$ 104,1 milhões, 80,9% menor que os R\$ 545,5 milhões alcançados no ano anterior, explicado (i) pela atualização da parcela A e outros itens financeiros, decorrentes da atualização da CVA e (ii) impacto do resultado líquido de Swap, que neste ano obteve uma despesa financeira de R\$ 327,2 milhões em comparação a uma receita de R\$ 359,1 milhões em 2015, causando uma piora na Receita Financeira.

Despesas: A despesa financeira do ano atingiu R\$ 768,7 milhões, com uma redução de 41,0% em relação aos R\$ 1.302,7 milhões apurados em 2015. Tal variação pode ser explicada, principalmente pelo impacto positivo da variação cambial nas dívidas da Companhia.

#### ***Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social foi negativo em R\$ 276,6 milhões, em face ao resultado negativo de R\$ 60,3 milhões alcançados em 2015.

#### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou uma receita de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 91,7 milhões, em comparação com a R\$ 21,1 milhões em 2015.

### **Lucro do Período**

A Light S.E.S.A. registrou um prejuízo de R\$ 184,8 milhões em 2016, uma piora de 372,0% em comparação ao prejuízo de R\$ 39,2 em 2015. Tal resultado é decorrente principalmente da redução da Receita Líquida no ano.

### **Análise da Demonstração do Resultado do Exercício**

#### **Análise da Demonstração do Resultado para o Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2015 comparado ao Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de 2014**

	<b>2014</b>	<b>% da</b>	<b>2015</b>	<b>% da</b>	<b>2015/2014</b>
	<b>Reapresentado</b>	<b>Receita</b>		<b>Receita</b>	
		<b>Líquida</b>		<b>Líquida</b>	
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>8.248.851</b>	<b>100,0%</b>	<b>10.016.227</b>	<b>100,0%</b>	<b>21,4%</b>
<b>CUSTO DA OPERAÇÃO</b>	(6.774.425)	(82,1)%	(8.560.117)	(85,5)%	26,4%
Energia Elétrica comprada para reveda	(5.022.695)	(60,9)%	(6.830.996)	(68,2)%	36,0%
Pessoal	(180.940)	(2,2)%	(171.632)	(1,7)%	(5,1)%
Material	(15.124)	(0,2)%	(13.119)	(0,1)%	(13,3)%
Serviço de terceiros	(280.448)	(3,4)%	(283.888)	(2,8)%	1,2%
Depreciação e amortização	(309.166)	(3,7)%	(356.382)	(3,6)%	15,3%
Custo de Construção	(940.503)	(11,4)%	(936.829)	(9,4)%	(0,4)%
Outras	(25.549)	(0,3)%	32.729	0,3%	(228,1)%
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.474.426</b>	<b>17,9%</b>	<b>1.456.110</b>	<b>14,5%</b>	<b>(1,2)%</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	(598.066)	(7,3)%	(759.040)	(7,6)%	26,9%
Despesas gerais e administrativas	(557.326)	(6,8)%	(708.193)	(7,1)%	27,1%
Outras receitas	176	0,0%	343	0,0%	94,9%
Outras despesas	(40.916)	(0,5)%	(51.190)	(0,5)%	25,1%
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b>876.360</b>	<b>10,6%</b>	<b>697.070</b>	<b>7,0%</b>	<b>(20,5)%</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	(350.136)	<b>(4,2)%</b>	(757.359)	<b>(7,6)%</b>	<b>116,3%</b>
Receitas	332.694	4,0%	545.411	5,4%	63,9%
Despesas	(682.830)	(8,3)%	(1.302.770)	(13,0)%	90,8%
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>526.224</b>	<b>6,4%</b>	<b>(60.289)</b>	<b>(0,6)%</b>	<b>(111,5)%</b>
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(14.793)	(0,2)%	1.393	0,0%	(109,4)%
Imposto de renda e contribuição social Diferido	(162.355)	(2,0)%	19.738	0,2%	(112,2)%
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>349.076</b>	<b>4,2%</b>	<b>(39.158)</b>	<b>(0,4)%</b>	<b>(111,2)%</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>	<b>0,00171</b>		<b>(0,00019)</b>		
<b>QUANTIDADE DE AÇÕES AO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	203.934.060		203.934.060		

### **Receita Operacional Líquida**

A receita operacional líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de



R\$ 10.016,2 milhões, representando um aumento de 21,4% comparado à receita operacional líquida de R\$ 8.248,9 milhões registrada em 2014. Desconsiderando a receita de construção, houve um aumento de 24,2% entre a receita dos períodos.

### ***Custo de Operação***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os custos de bens e serviços vendidos pela Companhia foram de R\$ 8.560,1 milhões, um aumento de 26,4% quando comparados aos R\$ 6.667,4 milhões verificados em 2014. Tal variação foi causada, principalmente, pelo aumento de 36,0% de energia comprada para revenda.

Energia Elétrica Comprada para Revenda: O custo com energia elétrica comprada para revenda aumentou de R\$ 5.022,7 milhões em 2014 para R\$ 6.831,0 milhões em 2015. O aumento de 36,0% entre os períodos principalmente: (i) pelo reajuste anual dos contratos em novembro; (ii) pelo reajuste de 46,1% na tarifa de Itaipu com vigência a partir de jan/15; (iii) pela valorização do dólar frente ao real, com impacto nas tarifas de Itaipu e Norte Fluminense; (iv) pela compra no MCSD no final de 2015 para mitigar riscos de subcontratação em 2015; e (v) pelo aporte de R\$ 1.647,5 milhões em 2014, contabilizado como redutor de custos.

Pessoal: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o custo de pessoal foi de R\$ 171,6 milhões, representando uma queda de 5,1%, comparado ao custo de R\$ 180,9 milhões em 2014.

Material: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o custo com material foi de R\$ 13,1 milhões, representando uma redução de 13,3%, comparado ao custo de R\$ 15,1 milhões em 2014.

Serviços de Terceiros: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o custo de serviços de terceiros foi de R\$ 283,9 milhões, aumento de 1,2% se comparado ao custo de R\$ 280,5 milhões em 2014.

Depreciações e Amortizações: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 o montante relativo a esta linha foi de R\$ 356,4 milhões, 15,3% acima dos R\$ 309,2 milhões registrados em 2014, devido ao aumento na base de ativos depreciáveis.

Outras: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os outros custos de operação totalizaram R\$ 32,7 milhões, uma redução de 228,1% principalmente devido a reclassificação da receita de multas cobradas por inadimplência dos consumidores que antes era classificada como receita financeira passou a ser contabilizada na linha de Outros.

### ***Lucro Operacional Bruto***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o lucro operacional bruto da Companhia foi de R\$ 1.456,1 milhões, 1,2% menor do que o lucro de R\$ 1.474,4 milhões registrado em 2014. Tal resultado é explicado pelo aumento do custo acima da receita.

### ***Despesas Operacionais***

Gerais e Administrativas: No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as despesas gerais e administrativas da Companhia somaram R\$ 708,2 milhões, representando um aumento de 27,1% em comparação aos R\$ 557,3 milhões apurados em 2014. Esse resultado é explicado pelo aumento de 55,4% na linha de provisões, impactada principalmente pela constituição de provisão fiscal.

### Outras Receitas (Despesas) Operacionais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o saldo de outras receitas/despesas operacionais da Companhia foi uma despesa de R\$ 50,8 milhões, em comparação a uma despesa de R\$ 40,7 milhões em 2014 uma vez que houve uma maior baixa por desativação de bens do ativo intangível.

### ***Lucro Operacional***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o resultado operacional da Companhia totalizou R\$ 697,1 milhões, 20,5% abaixo dos R\$ 876,4 milhões registrados em 2014. Tal resultado foi influenciado pelo aumento nas despesas operacionais.

### ***Receitas (Despesas) Financeiras***

O resultado financeiro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi negativo em R\$ 757,4 milhões, em comparação aos R\$ 350,1 milhões, também negativo, registrados em 2014.

Receitas: A receita financeira do ano, de R\$ 545,4 milhões, foi 63,4% maior que os R\$ 332,7 milhões alcançados no ano anterior, explicado (i) pela atualização da parcela A e outros itens financeiros, influenciada pelo aumento da Selic, (ii) pela atualização do ativo financeiro que, no 4T15, passou a utilizar o IPCA acumulado do trimestre, sendo que, além do valor do trimestre, foram contabilizados montantes referente a essa atualização desde a Revisão Tarifária de 2013 (R\$ 91,5 milhões); e (iii) resultado positivo de swap líquido devido à desvalorização do Real frente ao Dólar.

Despesas: A despesa financeira do ano atingiu R\$ 1.302,8 milhões, com crescimento de 90,8% em relação aos R\$ 682,8 milhões apurados em 2014. Tal variação pode ser explicada, principalmente: (i) pela variação cambial referente à fatura de Itaipu; e (ii) pela variação cambial das dívidas em moeda estrangeira devido à depreciação do Real frente ao dólar, parcialmente compensada pelo resultado positivo de swap líquido.

#### ***Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, o resultado antes do imposto de renda e contribuição social foi negativo em R\$ 60,3 milhões, em face ao resultado positivo de R\$ 526,2 milhões alcançados em 2014.

#### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou uma receita de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 21,1 milhões, em comparação com uma despesa de R\$ 177,1 milhões em 2014.

#### ***Lucro do Período***

A Light S.E.S.A. registrou um prejuízo de R\$ 39,2 milhões em 2015, 111,2% abaixo do lucro registrado em 2014 no montante de R\$ 349,1 milhões. Tal resultado é decorrente principalmente da queda no lucro operacional.

## ANÁLISE AS PRINCIPAIS CONTAS PATRIMONIAIS

	2015	% do Ativo total	2016	% do Ativo total	2016/2015
<b>Ativo Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	257.570	2,1%	561.804	4,7%	118,1%
Títulos e valores mobiliários	8.097	0,1%	7.806	0,1%	(3,6)%
Consumidores, concessionárias e permissionárias	2.052.578	17,1%	2.099.547	17,7%	2,3%
Tributos e contribuições	82.608	0,7%	113.372	1,0%	37,2%
Imposto de renda e contribuição social	60.522	0,5%	78.646	0,7%	29,9%
Ativos financeiros do setor	568.675	4,7%	-	0,0%	(100,0)%
Estoques	32.212	0,3%	33.628	0,3%	4,4%
Rendas a receber swap	85.298	0,7%	56.688	0,5%	(33,5)%
Serviços prestados a receber	23.223	0,2%	89.064	0,8%	283,5%
Despesas pagas antecipadamente	24.283	0,2%	27.563	0,2%	13,5%
Outros créditos	224.062	1,9%	208.317	1,8%	(7,0)%
<b>Total do Circulante</b>	<b>3.419.128</b>	<b>28,5%</b>	<b>3.276.435</b>	<b>27,7%</b>	<b>(4,2)%</b>
<b>Não Circulante</b>					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	163.942	1,4%	343.904	2,9%	109,8%
Tributos e contribuições	81.963	0,7%	72.883	0,6%	(11,1)%
Tributos diferidos	483.460	4,0%	577.041	4,9%	19,4%
Ativos financeiros do setor	43.001	0,4%	-	0,0%	(100,0)%
Ativo financeiro de concessões	2.932.833	24,4%	3.234.339	27,3%	10,3%
Rendas a receber swap	288.292	2,4%	81.673	0,7%	(71,7)%
Depósitos vinculados a litígios	238.493	2,0%	257.179	2,2%	7,8%
Outros créditos	2.147	0,0%	-	0,0%	(100,0)%
Investimentos	19.264	0,2%	24.323	0,2%	26,3%
Imobilizado	269.331	2,2%	248.497	2,1%	(7,7)%
Intangível	4.054.457	33,8%	3.725.571	31,5%	(8,1)%
<b>Total do não Circulante</b>	<b>8.577.183</b>	<b>71,5%</b>	<b>8.565.410</b>	<b>72,3%</b>	<b>(0,1)%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>11.996.311</b>	<b>100,0%</b>	<b>11.841.845</b>	<b>100,0%</b>	<b>(1,3)%</b>

	2015	% do Passivo total	2016	% do Passivo total	2016/2015
<b>Passivo Circulante</b>					
Fornecedores	1.333.953	11,1%	1.139.704	9,6%	(14,6)%
Tributos e contribuições	340.462	2,8%	288.735	2,4%	(15,2)%
Imposto de renda e contribuição social	752	0,0%	828	0,0%	10,1%
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	1.198.695	10,0%	1.151.236	9,7%	(4,0)%
Debêntures e encargos financeiros	83.874	0,7%	163.760	1,4%	95,2%
Passivos financeiros do setor	-	0,0%	440.533	3,7%	100,0%
Rendas a pagar swap	-	0,0%	43.312	0,4%	100,0%
Obrigações estimadas	46.622	0,4%	52.165	0,4%	11,9%
Outros débitos	610.199	5,1%	568.223	4,8%	(6,9)%
<b>Total do Circulante</b>	<b>3.614.557</b>	<b>30,1%</b>	<b>3.848.496</b>	<b>32,5%</b>	<b>6,5%</b>
<b>Não Circulante</b>					
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	2.170.766	18,1%	1.792.889	15,1%	(17,4)%
Debêntures e encargos financeiros	2.840.857	23,7%	2.893.922	24,4%	1,9%
Rendas a pagar swap	720	0,0%	44.588	0,0%	6.092,8%
Tributos e contribuições	183.183	1,5%	169.789	1,4%	(7,3)%
Passivos financeiros do setor	-	0,0%	84.168	0,7%	100,0%
Provisões	537.471	4,5%	414.699	3,5%	(22,8)%
Benefício pós-emprego	35.305	0,3%	45.859	0,4%	29,9%
Outros débitos	64.017	0,5%	61.409	0,5%	(4,1)%
<b>Total do não Circulante</b>	<b>5.832.319</b>	<b>48,6%</b>	<b>5.507.323</b>	<b>46,5%</b>	<b>(5,6)%</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital Social	2.189.365	18,3%	2.314.365	19,5%	5,7%
Reservas de capital	7.277	0,1%	7.277	0,1%	0,0%
Reservas de lucro	446.331	3,7%	261.506	2,2%	(41,4)%
Outros resultados abrangentes	(93.538)	-0,8%	(97.122)	-0,8%	0,0%
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>2.549.435</b>	<b>21,3%</b>	<b>2.486.026</b>	<b>21,0%</b>	<b>(2,6)%</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>11.996.311</b>	<b>100,0%</b>	<b>11.841.845</b>	<b>100,0%</b>	<b>(1,3)%</b>

### **Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2016 comparado a 31 de dezembro de 2015.**

Nas contas do ativo, as principais variações observadas pelos Diretores da Companhia foram:

Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de caixa e equivalente de caixa era de R\$561,8 milhões, representando um aumento de 118,1% em relação ao saldo de R\$257,6 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse acréscimo ocorreu principalmente em função dos ajustes tarifários obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, da performance operacional apresentada em 2016 e da melhora no cenário hidrológico, que permitiu gerar um caixa operacional de R\$664,1 milhões, conjuntamente com a redução de investimentos, realizando o montante de R\$353,5 milhões em 2016, e com a amortização líquida de dívidas e aumento de capital, no valor total de R\$6,3 milhões em 2016.

Títulos e valores mobiliários: Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de títulos e valores mobiliários era de R\$7,8 milhões ficando em linha quando comparado ao saldo de R\$8,1 milhões verificado em 31 de dezembro de 2015.

Consumidores, concessionárias e permissionárias (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias era de R\$2.443,5 milhões, representando um aumento de 10,2% em relação ao saldo de R\$2.216,5 milhões verificado em 31 de dezembro de 2015. Esse crescimento pode ser explicado principalmente pelo maior faturamento de recuperação de energia furtada ("REN"), fruto da nova estratégia de combate às perdas da Companhia, sendo que, para a maioria dos clientes cujas as irregularidades foram identificadas, foi realizado um parcelamento dos débitos.

Tributos e contribuições (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de Tributos e contribuições era de R\$186,3 milhões, representando um aumento de 10,2% em relação ao saldo de R\$164,6 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse crescimento ocorreu basicamente por conta do registro de PIS e COFINS diferidos sobre o saldo de passivo financeiro do setor existente em 31 de dezembro de 2016.

Imposto de renda e contribuição social: Em 31 de dezembro de 2016, o valor de imposto de renda e contribuição social era de R\$78,6 milhões, representando um aumento de 29,9% quando comparado ao valor de R\$60,5 milhões apurado em 31 de dezembro de 2015, em função do valor das antecipações não ter sido compensado, por conta do prejuízo fiscal da Companhia em 2016.

Serviços prestados a receber: Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de serviços prestados a receber era de R\$89,1 milhões, representando um aumento de 283,5% em relação ao saldo de R\$23,2 milhões em 31 e dezembro de 2015. Esse crescimento ocorreu principalmente por conta de serviços cobrados referentes a REN, fruto da nova estratégia de combate às perdas da Companhia, e de um aumento no saldo a receber referente ao serviço de compartilhamento de infraestrutura.

Tributos diferidos: Em 31 de dezembro de 2016, o valor de tributos diferidos era de R\$577,0 milhões, representando um aumento de 19,4% quando comparado ao valor de R\$483,5 milhões apurado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação se deu principalmente pela redução do passivo diferido referente ao instrumentos financeiros derivativos (swap), pelo efeito da queda da taxa de câmbio e das liquidações de swaps efetuadas ao longo de 2016, cujos tributos são recolhidos quando da liquidação dos swaps, gerando um impacto de R\$109, milhões nos tributos diferidos ativo em 2016.

Ativos financeiros do setor (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2016, a Parcela A e outros itens financeiros não apresentaram saldo no ativo, e em 31 de dezembro de 2015 apresentavam um saldo de R\$611,8. Essa variação é explicada basicamente pelo repasse ao consumidor do reajuste tarifário de novembro de 2015, cobrado ao longo de 2016.

Ativo financeiro de concessões: Em 31 de dezembro de 2016, o valor do ativo financeiro de concessões era de R\$3.234,3 milhões, representando um aumento de 10,3%, quando comparado aos R\$2.932,8 milhões verificado em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento ocorreu principalmente em função de a Companhia ter efetuado investimentos relevantes em ativos elétricos na rede de distribuição da Light SESA durante os últimos anos, que inicialmente são registrados no intangível e, quando concluídos, são bifurcados e a parte do saldo que não será amortizada até o final da concessão é transferida para o ativo financeiro da concessão (R\$328,6 milhões no ano de 2016).

Rendas a receber Swap (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2016, o valor das rendas a receber de swap era de R\$138,4 milhões, representando uma redução de 63,0%, quando comparado aos R\$373,6 milhões em 31 de dezembro de 2015, principalmente devido à queda da taxa de câmbio e às liquidações de swaps efetuadas ao longo de 2016.

Outros créditos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de outros créditos era de R\$208,3 milhões, ficando em linha quando comparado ao saldo de R\$226,2 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Imobilizado: Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de imobilizado era de R\$248,5 milhões ficando em linha quando comparado ao saldo de R\$269,3 milhões em 31 de dezembro de 2015.

Intangível: Em 31 de dezembro de 2016, o saldo de intangível era de R\$3.725,6 milhões, apresentando uma redução de 8,1%, em comparação com o valor de R\$4.054,5 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa redução deve-se principalmente à redução de investimentos realizada em 2016 e à conclusão de diversas obras de subestação, de ligações novas e de rede de distribuição da Companhia ao durante o ano de 2016.

Nas contas do passivo, as principais variações observadas pelos Diretores da Companhia foram: Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2016, o saldo total de fornecedores era de R\$1.139,7 milhões apresentando uma redução de 14,6%, em comparação com o valor de R\$1.334,0 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa variação se deve principalmente à melhora do cenário hidrológico, a um menor volume de energia comprada no âmbito CCEE para atender a demanda da Distribuidora no final do ano de 2016 e dos menores preços de liquidação das diferenças (PLD) praticados no último trimestre de 2016, que geraram uma redução no saldo a pagar à CCEE relativo a comercialização no mercado de curto prazo no montante de R\$213,2 milhões.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2016, o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo encargos

financeiros) era de R\$6.001,8 milhões, demonstrando uma redução de 4,6% em comparação ao valor de R\$6.294,2 milhões verificado em 31 de dezembro de 2015. Essa diminuição se deve principalmente pela redução da taxa de câmbio e pelo volume de amortizações superar as captações no exercício de 2016. As captações no exercício de 2016 totalizaram o montante de R\$1.232,6 enquanto as amortizações somaram R\$1.363,9 milhões.

Passivos financeiros do setor (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da Parcela A e outros itens financeiros era de R\$524,7 milhões, e em 31 de dezembro de 2015 essa rubrica não apresentava saldo no passivo. Essa variação é explicada basicamente pelos custos com compra de energia e encargos ocorridos durante o ano de 2016 terem sido inferiores aos montantes previstos e homologados na tarifa da distribuidora, sendo que a devolução para os consumidores já se iniciou a partir do reajuste tarifário de novembro de 2016.

Provisões: Em 31 de dezembro de 2015, o valor das provisões para contingências era de R\$414,7 milhões, representando redução de 22,8%, quando comparado ao valor de R\$537,4 milhões em 31 de dezembro de 2015. Essa redução ocorreu principalmente pela reversão de uma provisão de R\$144,8 milhões, cujo prognóstico de perda passou de provável para possível no ano de 2016.

Benefícios pós-emprego (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2016, o valor devido a esse título era de R\$45,9 milhões, um aumento de 29,9% frente aos R\$35,5 milhões em 31 de dezembro de 2015. Esse aumento ocorreu em função de um aditivo aos contratos com a Braslight, em que os termos dos contratos foram atualizados após as edições das Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar nº 15 e 16 e cujo déficit técnico acumulado de 2015 do plano C Saldado, no valor de R\$5,4 milhões, foi assumido pela Companhia em 31 de março de 2016, e em função da atualização mensal do contrato com taxa de juros de IPCA acrescida de 5,58% ao ano.

Outros débitos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2016, o valor de outros débitos era de R\$629,6 milhões, uma redução de 6,6% frente aos R\$674,2 milhões registrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação ocorreu principalmente em função da redução do encargo com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

### **Análise do Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 comparado a 31 de dezembro de 2014.**



	2014	% do Ativo total	2015	% do Ativo total	2015/2014
<b>Ativo Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	252.073	2,3%	257.570	2,1%	2,2%
Títulos e valores mobiliários	92.712	0,8%	8.097	0,1%	(91,3)%
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.238.185	11,3%	2.052.578	17,1%	65,8%
Tributos e contribuições	80.615	0,7%	82.608	0,7%	2,5%
Imposto de renda e contribuição social	26.585	0,2%	60.522	0,5%	127,7%
Parcela A e outros itens financeiros	577.458	5,3%	568.675	4,7%	(1,5)%
Estoques	31.453	0,3%	32.212	0,3%	2,4%
Rendas a receber swap	1.557	0,0%	85.298	0,7%	5.378,4%
Serviços prestados a receber	37.403	0,3%	23.223	0,2%	(37,9)%
Despesas pagas antecipadamente	14.441	0,1%	24.283	0,2%	68,2%
Outros créditos	276.511	2,5%	224.062	1,9%	(19,0)%
<b>Total do Circulante</b>	<b>2.628.993</b>	<b>24,1%</b>	<b>3.419.128</b>	<b>28,5%</b>	<b>30,1%</b>
<b>Não Circulante</b>					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	147.008	1,3%	163.942	1,4%	11,5%
Tributos e contribuições	84.750	0,8%	81.963	0,7%	(3,3)%
Tributos diferidos	463.722	4,2%	483.460	4,0%	4,3%
Parcela A e outros itens financeiros	536.712	4,9%	43.001	0,4%	(92,0)%
Ativo financeiro de concessões	2.446.443	22,4%	2.932.833	24,4%	19,9%
Rendas a receber swap	161.421	1,5%	288.292	2,4%	78,6%
Depósitos vinculados a litígios	231.442	2,1%	238.493	2,0%	3,0%
Outros créditos	2.786	0,0%	2.147	0,0%	(22,9)%
Investimentos	19.424	0,2%	19.264	0,2%	(0,8)%
Imobilizado	266.263	2,4%	269.331	2,2%	1,2%
Intangível	3.940.558	36,1%	4.054.457	33,8%	2,9%
<b>Total do não Circulante</b>	<b>8.300.529</b>	<b>75,9%</b>	<b>8.577.183</b>	<b>71,5%</b>	<b>3,3%</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>10.929.522</b>	<b>100,0%</b>	<b>11.996.311</b>	<b>100,0%</b>	<b>9,8%</b>

	2014	% do Passivo total	2015	% do Passivo total	2015/2014
<b>Passivo Circulante</b>					
Fornecedores	1.484.031	13,6%	1.333.953	11,1%	(10,1)%
Tributos e contribuições	235.905	2,2%	340.462	2,8%	44,3%
Imposto de renda e contribuição social	491	0,0%	752	0,0%	53,2%
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	458.497	4,2%	1.198.695	10,0%	161,4%
Debêntures e encargos financeiros	75.843	0,7%	83.874	0,7%	10,6%
Rendas a pagar swap	7.138	0,1%	-	0,0%	(100,0)%
Dividendos e JCP a pagar	82.906	0,8%	-	0,0%	(100,0)%
Obrigações estimadas	45.695	0,4%	46.622	0,4%	2,0%
Encargos regulatórios	58.180	0,5%	359.208	3,0%	517,4%
Outros débitos	191.886	1,8%	250.991	2,1%	30,8%
<b>Total do Circulante</b>	<b>2.640.572</b>	<b>24,2%</b>	<b>3.614.557</b>	<b>30,1%</b>	<b>36,9%</b>
<b>Não Circulante</b>					
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	2.148.029	19,7%	2.170.766	18,1%	1,1%
Debêntures e encargos financeiros	2.821.872	25,8%	2.840.857	23,7%	0,7%
Rendas a pagar swap	-	0,0%	720	0,0%	100,0%
Tributos e contribuições	232.525	2,1%	183.183	1,5%	(21,2)%
Provisões	510.562	4,7%	537.471	4,5%	5,3%
Benefício pós-emprego	30.355	0,3%	35.305	0,3%	16,3%
Outros débitos	64.014	0,6%	64.017	0,5%	0,0%
<b>Total do não Circulante</b>	<b>5.807.357</b>	<b>53,1%</b>	<b>5.832.319</b>	<b>48,6%</b>	<b>0,4%</b>
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital Social	2.082.365	19,1%	2.189.365	18,3%	5,1%
Reservas de capital	7.277	0,1%	7.277	0,1%	0,0%
Reservas de lucro	485.489	4,4%	446.331	3,7%	(8,1)%
Outros resultados abrangentes	(93.538)	-0,9%	(93.538)	-0,8%	0,0%
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>2.481.593</b>	<b>22,7%</b>	<b>2.549.435</b>	<b>21,3%</b>	<b>2,7%</b>
<b>Passivo Total</b>	<b>10.929.522</b>	<b>100,0%</b>	<b>11.996.311</b>	<b>100,0%</b>	<b>9,8%</b>

Nas contas do ativo, as principais variações observadas foram:

Caixa e equivalentes de caixa: Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de caixa e equivalente de caixa era de R\$257,6 milhões ficando em linha quando comparado ao saldo de R\$252,1 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Títulos e valores mobiliários: Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de títulos e valores mobiliários era de R\$8,1 milhões, representando uma redução de 91,3% em relação ao saldo de R\$92,7 milhões verificado em 31 de dezembro de 2014. Essa variação ocorreu pela liberação do montante de R\$85,4 milhões que estava retido em aplicação na forma de cash colateral em 31 de dezembro de 2014.

Consumidores, concessionárias e permissionárias (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias era de R\$2.052,6 milhões, representando um aumento de 65,8% em relação ao saldo de R\$1.238,2 milhões verificado em 31 de dezembro de 2014. Esse crescimento pode ser explicado

principalmente pelo reajuste extraordinário de 22,48% e pelo reajuste tarifário de 16,78%, homologados em fevereiro e novembro de 2015, respectivamente.

Tributos e contribuições (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de Tributos e contribuições era de R\$164,6 milhões ficando em linha quando comparado ao saldo de R\$165,4 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Imposto de renda e contribuição social: Em 31 de dezembro de 2015, o valor de imposto de renda e contribuição social era de R\$60,5 milhões, representando um aumento de 127,7% quando comparado ao valor de R\$26,6 milhões apurado em 31 de dezembro de 2014, principalmente em função do valor retido na fonte não ter sido compensado, por conta do prejuízo da Companhia em 2015.

Tributos diferidos: Em 31 de dezembro de 2015, o valor de tributos diferidos era de R\$484,7 milhões, representando um aumento de 4,5% quando comparado ao valor de R\$463,7 milhões apurado em 31 de dezembro de 2014. A variação se deu principalmente pela constituição do ativo diferido referente ao prejuízo fiscal.

Ativos financeiros do setor (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o valor da Parcela A e outros itens financeiros era de R\$611,7 milhões, representando uma redução de 45,1% quando comparado ao valor de R\$1.114,2 milhões apurado em 31 de dezembro de 2014. A redução se deu principalmente pelo recebimento do montante de R\$1.049,3 milhões reconhecidos em 2014 por meio de recursos da Conta Ambiente de Contratação Regulada (Conta-ACR) e Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), embora ainda tenha ocorrido ao longo de 2015 um desembolso superior ao reconhecimento tarifário relativo a compra de energia e encargos com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Ativo financeiro de concessões: Em 31 de dezembro de 2015, o valor do ativo financeiro de concessões era de R\$2.932,8 milhões, representando um aumento de 19,9%, quando comparado aos R\$2.446,4 milhões verificado em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento ocorreu principalmente em função de a Companhia ter efetuado investimentos relevantes em ativos elétricos na rede de distribuição durante os últimos anos, que inicialmente são registrados no intangível e, quando concluídos, são bifurcados e a parte do saldo que não será amortizada até o final da concessão é transferida para o ativo financeiro da concessão (R\$232,4 milhões no ano de 2015) e pelo valor justo do ativo financeiro indenizável, incluindo a alteração do índice de atualização, de IGPM para IPCA, no valor de R\$265,4.

Rendas a receber Swap (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o valor das rendas a receber de swap era de R\$373,6 milhões, representando um aumento de 129,2%,

quando comparado aos R\$163,0 milhões em 31 de dezembro de 2014, principalmente devido à elevação da taxa de câmbio em 2015, além de novas captações em moeda estrangeira no montante de R\$200,0 milhões, protegida por operação de swap cambial no mesmo montante.

Outros créditos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de outros créditos era de R\$226,2 milhões, representando uma redução de 19,0% em comparação ao saldo de R\$279,3 milhões em 31 de dezembro de 2014, principalmente em função da redução dos valores pagos como adiantamento a fornecedores.

Imobilizado: Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de imobilizado era de R\$269,3 milhões ficando em linha quando comparado ao saldo de R\$266,3 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Intangível: Em 31 de dezembro de 2015, o saldo de intangível era de R\$4.054,5 milhões ficando em linha quando comparado ao saldo de R\$3.940,6 milhões em 31 de dezembro de 2014.

Nas contas do passivo, as principais variações observadas foram:

Fornecedores: Em 31 de dezembro de 2015, o saldo total de fornecedores era de R\$1.334,0 milhões apresentando uma redução de 10,1%, em comparação com o valor de R\$1.484,0 milhões em 31 de dezembro de 2014. Essa redução se deve principalmente a um menor volume de energia comprada e preço no âmbito da Camara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) para comercialização nos meses de novembro e dezembro de 2015, que reduziu o saldo a pagar à CCEE em R\$286,6 milhões.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo encargos financeiros) era de R\$6.294,2 milhões, demonstrando um aumento de 14,4% em comparação ao valor de R\$5.504,2 milhões verificado em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento se deve principalmente a taxa de câmbio elevada no exercício. As captações no exercício de 2015 totalizaram o montante de R\$934,0, enquanto as amortizações somaram R\$743,0 milhões.

Provisões: Em 31 de dezembro de 2015, o valor das provisões para contingências era de R\$537,4 milhões, representando aumento de 5,3%, quando comparado ao valor de R\$510,6 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento ocorreu principalmente pelo registro de R\$46,2 milhões de provisão relacionado a um auto de infração sobre créditos homologados de ICMS, cujo prognóstico de perda foi alterado de possível para provável em 2015.

Benefícios pós-emprego (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o valor devido a esse título era de R\$35,5 milhões, um aumento de 16,3% frente aos R\$30,4 milhões em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento ocorreu por conta da atualização mensal do contrato de Assunção de Obrigação sujeita à Condição e a Termo, assinado entre a Companhia e a Braslight, a uma taxa de juros de IPCA acrescida de 5,58% ao ano.

Outros débitos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2015, o valor de outros débitos era de R\$315,0 milhões, um aumento de 23,1% frente aos R\$255,9 milhões registrado em 31 de dezembro de 2014. Essa variação ocorreu em função do aumento do saldo de adiantamento de clientes e do montante a ser repassado para as prefeituras referente à Taxa de Iluminação Pública.

**Análise do  
Fluxo de  
Caixa**

	2016	2015
<b>Caixa Líquido gerado das Atividades Operacionais</b>	<b>664,0</b>	<b>618,3</b>
<b>Caixa Gerado nas Operações</b>	<b>1.698,3</b>	<b>54,0</b>
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	(276,6)	(60,3)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	205,6	152,9
Depreciação e amortização	433,6	398,4
Perda na venda ou baixa de intangível / imobilizado	25,6	36,6
Perdas (ganhos) cambiais e monetárias de atividades financeiras	(163,9)	578,7
Provisões para contingências, depósitos judiciais e atualizações	(26,4)	110,8
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis	(18,6)	30,8
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	593,7	560,0
Valor justo do ativo indenizável da concessão	20,3	(265,4)
Variação swap	327,2	(359,1)
Ganho em investimentos avaliadas ao custo de aquisição	(6,1)	-
Encargos e variação monetária de obrigações pós-emprego	5,1	5,0
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor	578,8	(1.134,4)
<b>Variações nos Ativos e Passivos</b>	<b>(1.034,3)</b>	<b>564,3</b>
Títulos e valores mobiliários	0,3	84,6
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(413,9)	(1.012,9)
Tributos, contribuições e impostos a compensar	(39,8)	(33,1)
Ativos e passivos financeiros do setor	557,6	1.637,0
Estoques	(1,4)	(0,8)
Serviços prestados a receber	(65,8)	12,0
Despesas pagas antecipadamente	(3,3)	(9,8)
Depósitos vinculados a litígios	(27,2)	(7,1)
Outros ativos	253,1	201,5
Fornecedores	(241,5)	(89,7)
Obrigações estimadas	5,5	0,9
Tributos, contribuições e impostos a pagar	(31,1)	56,9
Provisões	(87,9)	(83,9)
Outros passivos	(278,0)	365,2
Juros pagos	(626,9)	(556,5)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(34,0)	-
<b>Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Investimento</b>	<b>(353,5)</b>	<b>(810,2)</b>
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(3,1)	(26,4)
Aquisições de bens do ativo intangível	(350,4)	(783,8)
Resgate de aplicações financeiras	-	131,1
Aplicações financeiras	-	(131,1)
<b>Caixa Líquido gerado pelas (aplicado nas) Atividades de Financiamento</b>	<b>(6,3)</b>	<b>197,4</b>
Aumento de capital	125,0	107,0
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	(82,9)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.232,6	916,3
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.363,9)	(743,0)
<b>Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>304,2</b>	<b>5,5</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	257,6	252,1
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	561,8	257,6

## **Análise do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2016 comparado a 31 de dezembro de 2015.**

A Companhia apresenta aumento de caixa em 31 de dezembro de 2016 com relação a 31 de dezembro de 2015 em decorrência de suas operações, embora o fluxo de caixa possa variar de período a período conforme os reajustes tarifários decorrentes das variações de custos.

Em 31 de dezembro de 2016, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia somaram R\$561,8 milhões, frente aos R\$257,6 milhões verificados em 31 de dezembro de 2015. Os diretores da Companhia entendem que esse aumento é explicado principalmente em função dos ajustes tarifários obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e da performance operacional apresentada em 2016, conjuntamente com a redução de investimentos e com a melhora no cenário hidrológico.

### Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais

O caixa gerado nas atividades operacionais apresentou um aumento de 7,4%, variando de R\$618,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$664,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pelo repasse tarifário da parcela A e outros itens financeiros terem sido superiores aos custos efetivos no ano de 2016.

### Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento

O fluxo de caixa usado em atividades de investimento passou de R\$810,2 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$353,5 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016. Essa variação pode ser explicada principalmente pelo menor volume de investimentos em bens do ativo intangível em 2016, principalmente relacionados a instalação novos de medidores eletrônicos e à rede de distribuição da Companhia.

### Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamentos

O fluxo de caixa das atividades de financiamento passou de R\$197,4 milhões gerados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 para R\$6,3 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação é decorrente principalmente em função da amortização de dívida superar as captações em R\$131,3 milhões.

## **Análise do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2015 comparado a 31 de dezembro de 2014.**

	2015	2014
<b>Caixa Líquido gerado das Atividades Operacionais</b>	<b>618,3</b>	<b>468,7</b>
<b>Caixa Gerado nas Operações</b>	<b>54,0</b>	<b>504,7</b>
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	(60,3)	526,2
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	152,9	125,0
Depreciação e amortização	398,4	356,6
Perda na venda ou baixa de intangível / imobilizado	36,6	4,4
Perdas (ganhos) cambiais e monetárias de atividades financeiras	578,7	124,7
Provisões para contingências, depósitos judiciais e atualizações	110,8	81,2
Ajuste a valor presente e antecipações de recebíveis	30,8	(0,9)
Despesa de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	560,0	485,5
Valor justo do ativo indenizável da concessão	(265,4)	(68,4)
Varição swap	(359,1)	(18,7)
Ganho em investimentos avaliadas ao custo de aquisição	-	-
Encargos e variação monetária de obrigações pós-emprego	5,0	3,4
Constituição e atualização de ativos e passivos financeiros do setor	(1.134,4)	(1.114,3)
<b>Varições nos Ativos e Passivos</b>	<b>564,3</b>	<b>(36,0)</b>
Títulos e valores mobiliários	84,6	11,5
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(1.012,9)	(287,2)
Tributos, contribuições e impostos a compensar	(33,1)	35,3
Ativos e passivos financeiros do setor	1.637,0	-
Estoques	(0,8)	(4,4)
Serviços prestados a receber	12,0	10,9
Despesas pagas antecipadamente	(9,8)	0,8
Depósitos vinculados a litígios	(7,1)	10,5
Outros ativos	201,5	30,3
Fornecedores	(89,7)	600,0
Obrigações estimadas	0,9	(13,2)
Tributos, contribuições e impostos a pagar	56,9	176,5
Provisões	(83,9)	(92,7)
Benefícios pós-emprego	-	(3,3)
Outros passivos	365,2	3,0
Juros pagos	(556,5)	(509,7)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(4,3)
<b>Caixa Líquido aplicado nas Atividades de Investimento</b>	<b>(810,2)</b>	<b>358,1</b>
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(26,4)	(49,3)
Aquisições de bens do ativo intangível	(783,8)	(717,4)
Resgate de aplicações financeiras	131,1	1.209,9
Aplicações financeiras	(131,1)	(85,1)
<b>Caixa Líquido gerado pelas (aplicado nas) Atividades de Financiamento</b>	<b>197,4</b>	<b>(949,9)</b>
Aumento de capital	107,0	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(82,9)	(201,0)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	916,3	1.660,5
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(743,0)	(1.199,5)
Amortização de dívida contratual com plano de pensão	-	(1.209,9)
<b>Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>5,5</b>	<b>(123,1)</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	252,1	375,2
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	257,6	252,1



Em 31 de dezembro de 2015, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia somaram R\$257,6 milhões, frente aos R\$252,1 milhões verificados em 31 de dezembro de 2014. Esse aumento é explicado pela diminuição do caixa aplicado nas atividades de financiamento, principalmente em função da amortização de dívida contratual com plano de pensão em 2014.

#### Fluxos de Caixa de Atividades Operacionais

O caixa gerado nas atividades operacionais apresentou um aumento de 32,0%, variando de R\$468,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$618,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação pode ser explicada, principalmente, pelo recebimento dos recursos de Parcela A e outros ativos financeiros, no montante de R\$1.049,3 milhões, por meio de recursos da Conta Ambiente de Contratação Regulada (Conta-ACR) e Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT), embora ainda tenha ocorrido ao longo de 2015 um desembolso superior ao reconhecimento tarifário relativo a compra de energia e encargos com a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

#### Fluxos de Caixa de Atividades de Investimento

O fluxo de caixa usado em atividades de investimento passou de R\$358,1 milhões gerados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$810,2 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação pode ser explicada principalmente pela redução do montante resgatado de aplicações financeiras. Em 2014, esse montante foi afetado pelo resgate do saldo destinado à quitação do contrato de dívida relacionada a benefício pós-emprego.

#### Fluxos de Caixa de Atividades de Financiamentos

O fluxo de caixa das atividades de financiamento passou de R\$949,9 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 para R\$197,4 milhões aplicados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Essa variação é decorrente principalmente em função da amortização de dívida contratual no montante de 1.209,9 realizada no exercício de 2014.

### **10.2. Os diretores devem comentar:**

#### **10.2.a. resultados das operações do emissor, em especial:**

##### **10.2.a.i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A receita líquida da Companhia é composta, principalmente, pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão da Light S.E.S.A. (distribuição), pela venda de

energia gerada pela Light Energia e pela energia comercializada pela LightCom (comercialização e serviços).

Os Diretores da Companhia acreditam que os principais fatores que impulsionam o desempenho / principais componentes da receita líquida consolidada da Companhia são:

- (i) Volume de energia vendido pela Light S.E.S.A.;
- (ii) Tarifa praticada;
- (iii) Nível de perdas de energia;
- (iv) Receita de Construção;
- (v) Volume de energia vendido pela Light Energia; e,
- (vi) Volume de energia comercializado pela Light Com.

No quadro abaixo segue a receita líquida, desconsiderando as eliminações, dos últimos 3 anos:

<b>Receita Líquida (R\$MM)</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Distribuição</b>	8.657,7	10.016,2	8.248,9

#### **10.2.a.ii fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

##### ***Fornecimento de energia elétrica***

A tabela abaixo descreve o fornecimento de energia pela Light S.E.S.A., aos clientes cativos nas classes, residencial, industrial, comercial e outras, mostrando a evolução do consumo e faturamento dessas classes, desde 2014, e suas participações no faturamento total. O consumo e faturamento dessas classes tem ligação direta com variação da receita líquida da Companhia, ou seja, quanto maior o consumo, maior será a receita líquida, se as tarifas se mantiverem constantes.

Classe de Clientes	2016			2015			2014		
	Consumo (GWh)	R\$ milhões	% fornecimento de energia elétrica	Consumo (GWh)	R\$ milhões	% fornecimento de energia elétrica	Consumo (GWh)	R\$ milhões	% fornecimento de energia elétrica
Residencial	8.850	5.227,2	41,1	8.778	4.660,0	41,1	8.950	3.190,2	41,6
Industrial	1.060	488,9	6,0	1.274	484,8	6,0	1.396	332,8	6,5
Comercial	7.149	3.891,3	35,4	7.567	3.735,1	35,4	7.449	2.346,2	34,6
Outros	3.602	1.547,7	17,5	3.743	1.446,4	17,5	3.705	879,8	17,2
ICMS		3.859,1			3.621,8			2.373,3	
Fornecimento Não Faturado		(132,2)			224,6			104,7	
<b>Total</b>	<b>20.661</b>	<b>14.882</b>		<b>21.361</b>	<b>14.172,7</b>		<b>21.500</b>	<b>9.227,0</b>	

### ***Inadimplência***

Historicamente, um percentual significativo do faturamento da Companhia não é pago na data de vencimento e dá origem ao provisionamento na conta de Provisões para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD), de acordo com as práticas contábeis regulatórias do setor. A PCLD representou 1,3% e 1,0% da receita bruta de fornecimento de energia, respectivamente em 2014 e 2015. Em 2016, a PCLD foi de 1,4% da receita bruta de faturamento de energia, totalizando R\$205,6 milhões. Tal resultado foi R\$52,6 milhões superior ao registrado no ano passado.

O aumento é explicado principalmente pelo atual cenário econômico desfavorável vivido pelo país.

Em relação aos débitos em aberto de janeiro de 2015 a abril de 2016, referente ao Poder Público Estadual, no montante de R\$153.140, foi publicado o decreto no dia 01 de julho de 2016, que foi regulamentado pela Secretaria da Fazenda do Rio de Janeiro. Este valor está sendo compensado com ICMS em até 29 parcelas. A compensação teve início na apuração do ICMS referente ao mês de agosto de 2016.

No segmento de Serviço Público, parte das faturas de um grande cliente foi assumida pelo Governo Estadual por meio de compensação de ICMS, no montante de R\$38.979, em 12 meses. O decreto para regulamentar a lei foi publicado em 30 de junho de 2016 e orientou a assinatura de um "Termo de Acordo", que foi assinado em 29 de setembro de 2016 e permitiu o início da compensação do imposto. O restante da dívida deste cliente, no montante de R\$48.661, foi parcelado em 36 vezes, a partir de junho de 2016.

### ***Perdas de Energia***

A Light S.E.S.A. está sujeita a dois tipos de perda de eletricidade: perdas técnicas e perdas não técnicas. As perdas técnicas ocorrem no curso ordinário da distribuição de energia elétrica, enquanto perdas não técnicas resultam do furto de energia, bem como de fraude, medição errada e erros de emissão de contas. As perdas de energia acarretam a obrigação de a Companhia adquirir mais energia para fazer face às suas necessidades de distribuição, ocasionando um aumento dos custos de compra de energia para revenda.

Com a conclusão da Audiência Pública nº 052/2007, em 25 de novembro de 2008, a ANEEL modificou a metodologia de cálculo da taxa de perdas de energia regulatória, que é repassada aos consumidores. A nova metodologia adotada pela ANEEL leva em consideração o índice de complexidade social, que permite diferenciar as áreas de concessão quanto a determinadas características socioeconômicas.

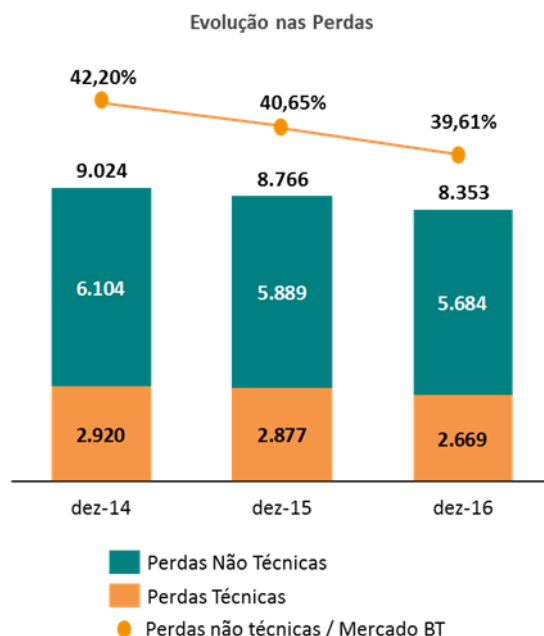
Com base nessa nova metodologia, as perdas não técnicas, calculadas anteriormente sobre a carga fio, passam a ser calculadas sobre o mercado de baixa tensão, considerando-se uma trajetória declinante até o fim do ciclo tarifário.

Em novembro de 2013, a ANEEL aprovou o processo de Revisão Tarifária da Light S.E.S.A., determinando os novos valores de perdas não técnicas que serão reconhecidos ao longo do novo ciclo regulatório. Esse percentual será de 40,41% sobre o mercado de baixa tensão, constante ao longo do ciclo. O valor correspondente à diferença entre esse percentual e um referencial que parte de 31,37%, no início do ciclo, até atingir 29,69% em 2018, será investido no programa de combate a perdas da Companhia e tratado como Obrigações Especiais, fora da Base de Remuneração Regulatória. A evolução dos resultados do programa de combate a perdas será acompanhada pela ANEEL, como condição para a manutenção do patamar de 40,41%.

A Light S.E.S.A. conseguiu expressiva redução nas perdas de energia elétrica no ano de 2016. Comparativamente com o ano de 2015, a redução atingiu 1,0 ponto percentual. Com isso, as perdas não técnicas totalizaram 5.683 GWh no ano de 2016, representando 39,6% sobre a energia faturada no mercado de baixa tensão e 15,3% sobre a carga fio.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, as perdas não técnicas totalizaram 5.889GWh, representando 40,6% sobre o mercado de baixa tensão, e 15,6% sobre a carga fio.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, as perdas não técnicas totalizaram 6.104GWh, representando 42,2% sobre o mercado de baixa tensão, e 16,1% sobre a carga fio.



**10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**10.3.a. introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica, uma vez que não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais e ao exercício corrente.

**10.3.b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não há constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

**10.3.c. eventos ou operações não usuais**

Não houve eventos ou operações não usuais.

**10.4. Os diretores devem comentar**

**10.4.a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

A Administração da Companhia, visando melhorar a apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, reavaliou algumas práticas adotadas e procedeu algumas alterações de políticas contábeis e reclassificações para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, com base nas orientações emanadas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, destacadas a seguir:

- (i) Valor justo do ativo indenizável da concessão registrado como receita operacional, sendo anteriormente reconhecido como resultado financeiro

A Administração da Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu pela alteração no reconhecimento do valor justo do ativo indenizável da concessão. Anteriormente o valor justo era reconhecido como resultado financeiro. No entanto, pelo fato de se tratar de um efeito intrínseco à atividade fim do negócio de distribuição de energia e para proporcionar uma melhor apresentação de seu desempenho, a Companhia passou a apresentar o valor justo do ativo indenizável da concessão como receita operacional, em uma rubrica específica.

O valor justo do ativo indenizável da concessão abrange parte da remuneração da infraestrutura do negócio de distribuição, sendo que integra a base de remuneração regulatória e é devidamente atualizado com base nos índices determinados pela Aneel. Dessa forma, o valor justo indenizável da concessão passa a ser reconhecido no mesmo grupo de receita operacional onde já são reconhecidas as demais receitas da atividade de distribuição.

(ii) Receita de multas cobradas por inadimplência dos consumidores classificadas como custo operacional, anteriormente apresentada como resultado financeiro

A Administração da Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu pela alteração de sua política contábil quanto à classificação de multas cobradas por inadimplência dos consumidores, com o objetivo de refletir de forma mais fidedigna o desempenho operacional da Companhia e melhor a divulgação das informações financeiras, passando a apresentar a receita de multas cobradas por inadimplência dos consumidores como custo operacional, anteriormente apresentada como resultado financeiro.

A inadimplência dos consumidores de energia elétrica da área de concessão da Companhia, localizada em 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, geram custos significativos para a distribuidora em função do percentual de consumidores que não pagam as faturas em seu vencimento. A complexidade da área de concessão da Light para perdas e arrecadação é reconhecida inclusive pela Aneel. Para obter o efetivo recebimento da fatura, são realizados diversos procedimentos de cobrança em volumes significativos, tais como avisos de corte, tele cobrança, inscrição em serviços de proteção ao crédito, cobrança domiciliar, agências de cobrança, equipes de cobrança, equipes de corte e religação de energia, protesto de duplicatas, agências móveis, dentre outros processos internos e externos. Todos estes gastos já vinha sendo reconhecidos pela Companhia em seu resultado operacional.

Para contrapor ao registro destes gastos operacionais, a Companhia passou a apresentar a multa compensatória de 2% incidente sobre as faturas pagas após a data de vencimento, prevista como penalidade e de caráter punitivo pelo descumprimento da obrigação dos consumidores, como resultado operacional. As multas compensatórias incorridas pela

Companhia em atrasos nos seus pagamentos também foram reclassificadas para o resultado operacional.

Para os consumidores inadimplentes, também são cobrados acréscimos moratórios sobre as faturas em atraso. Esses acréscimos moratórios permanecem sendo apresentados no resultado financeiro, e, portanto, não sofreram alteração na apresentação.

Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nas demonstrações do resultado consolidado e na demonstração do valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Essas mudanças de práticas não alteraram o resultado de 2015.

#### **10.4.b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Na demonstração de resultado a reclassificação entre o resultado financeiro e a receita operacional do valor justo do ativo indenizável da concessão, gerou um aumento na receita operacional de R\$265,4 milhões e uma redução no resultado financeiro de igual valor no exercício de 2015.

Na demonstração de resultado a reclassificação das multas cobradas por inadimplência dos consumidores gerou uma redução no resultado financeiro de R\$77,4 milhões e um aumento, de mesmo valor, nas outras receitas/despesas operacionais no exercício de 2015.

#### **10.4.c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

##### **2016:**

Ressalvas: Não há

Ênfases:

Em função de mudanças de políticas contábeis, alguns saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram ajustados e reapresentados, para fins de comparação na demonstração de resultado e na demonstração de valor adicionado. A reclassificação entre o resultado financeiro e a receita operacional do valor justo do ativo indenizável da concessão gerou um aumento na receita operacional de R\$265,4 milhões e uma redução no resultado financeiro de igual valor no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e a reclassificação das multas cobradas por inadimplência dos consumidores gerou uma redução no resultado financeiro de R\$77,4 milhões e um aumento, de mesmo valor, nas outras receitas/despesas operacionais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. A Administração entende que a ênfase é adequada em função da alteração da demonstração do

resultado e da demonstração do valor adicionado comparativos para refletir melhor a natureza da operação.

**2015:**

Ressalvas: Não há

Ênfases:

Em função da decisão da Administração de alinhar a apresentação da demonstração do resultado com o novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – “MCSE”, emitido pela Aneel, alguns saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram ajustados e reapresentados, para fins de comparação na demonstração de resultado e na demonstração de valor adicionado. A Administração entende que a ênfase é adequada em função da alteração da demonstração do resultado e da demonstração do valor adicionado comparativos para refletir melhor a natureza da operação.

**2014:**

Ressalvas: Não há

Ênfases:

Em função da mudança de critério de apresentação da amortização da dívida contratual com o plano de pensão na demonstração dos fluxos de caixa, os saldos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram ajustados e reapresentados, para fins de comparação. A Administração entende que a ênfase é adequada em função da alteração dos fluxos de caixas comparativos para refletir melhor a natureza da operação.

Foi incluída também uma ênfase com o objetivo de chamar a atenção para o registro feito pela Companhia, referente aos recebimentos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que foram contabilizados como redução do custo de energia comprada no exercício de 2014. A Administração concorda que os recursos provenientes da CDE tiveram impacto significativo no resultado do exercício de 2014, que contribuíram para reduzir o efeito dos maiores custos com compra de energia ocasionada principalmente acionamento de usinas térmicas e pela exposição involuntária da distribuidora de energia.

**10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**10.6.a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**10.6.a.i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Não há



**10.6.a.ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não há

**10.6.a.iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há

**10.6.a.iv. contratos de construção não terminada**

Não há

**10.6.a.v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

**10.6.b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

**10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:**

**10.7.a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**10.7.b. natureza e o propósito da operação.**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**10.7.c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.**

Conforme mencionado no item 10.6 acima, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**10.8.a. investimentos, incluindo:**

**10.8.a.i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Os principais investimentos nos últimos anos têm sido destinados à manutenção e ao aprimoramento da rede de distribuição.

A tabela a seguir apresenta os investimentos da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014, 2015 e 2016:

<b>Período</b>	<b>Exercício Social encerrado em dezembro em 2016</b>	<b>Exercício Social encerrado em dezembro em 2015</b>	<b>Exercício Social encerrado em dezembro em 2014</b>
Investimento (R\$MM)	659,0	773,9	932,1

No ano de 2016, foram aplicados R\$ 659,0 milhões em projetos de investimentos, 14,8% abaixo do investido no ano de 2015 em função principalmente da redução de 30,1% dos investimentos em Perdas, devido a mudança de estratégia alinhada com a nova Administração da Companhia, em que foram reduzidos os investimentos em medição eletrônica. Apesar da redução, a Companhia continua fazendo a manutenção dos aparelhos, porém com a instalação reduzida.

Outro investimento realizado que se destaca é o desenvolvimento de redes de distribuição e expansão, num montante de R\$ 377,7 milhões, com o intuito de atender ao crescimento de mercado, aumentar a robustez da rede e melhorar a qualidade, dos quais R\$ 100,1 milhões foram destinados a investimentos específicos para as Olimpíadas nesse período.

A Companhia planeja investir aproximadamente R\$ 754,5 milhões em 2017. Dos investimentos totais orçados para este período, R\$ 679,0 milhões destinam-se aos investimentos em ativos elétricos e R\$ 75,4 milhões para serem investidos em ativos não-elétricos.

#### **10.8.a.ii. fontes de financiamento dos investimentos**

A Companhia financia seus projetos de investimento com sua geração própria de caixa e através de linhas de financiamento do BNDES (quando elegível) e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais.

#### **10.8.a.iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não há.

#### **10.8.b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há.

#### **10.8.c. novos produtos e serviços, indicando:**

#### **10.10.c.i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

O programa de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) é elaborado de acordo com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, que define a obrigatoriedade das concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica em investir 0,2% da sua Receita Operacional Líquida em projetos de P&D, à Resolução ANEEL nº 271 de 19 de julho de 2000, e conforme os "Procedimentos do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – PROP&D", aprovado pela Resolução 754, de 13/12/16. Segue uma breve descrição dos programas concluídos em 2016: LIGHT SESA:

1. P&D 54/11 – Conector Especializado para Corte de Fornecimento a Cliente de Baixa Tensão
2. P&D 67/11-Programa de prevenção, tratamento e redução de litígios de consumo no setor elétrico
3. P&D 80/11 – Desenvolvimento tecnológico e inovação na utilização de tecnologia fotovoltaica e sua integração inteligente com a rede de distribuição: uma ação voltada a Grandes Clientes
4. P&D 82/12 - Fabricação de Lote Pioneiro de Postes de Fibra de Vidro e Resina de Poliéster Por Filamento Retilíneo
5. P&D 83/13- Fabricação de lote pioneiro para plataforma de redes inteligentes
6. P&D 85/15 - Revestimento protetores para postes de madeira – projeto de lote pioneiro
7. P&D 90/15- Projeto Cabeça de Série para óleo biodegradável substituto ao óleo DDB

#### **10.8.c.ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Durante o ano de 2016, foi gasto um total de R\$ 6,0 milhões em projetos de pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

#### **10.8.c.iii projetos em desenvolvimento já divulgados**

Em continuidade aos projetos de pesquisa, e observando a mesma diretriz a eles aplicada, durante o ano de 2016 houve o desenvolvimento de 4 projetos novos na LIGHT S.E.S.A. Também estiveram em execução, 15 projetos de P&D pela Light S.E.S.A. nesse ano, sendo que 2 foram concluídos em 2016.

Dentre os principais projetos de novos produtos e serviços que já estão na fase de desenvolvimento industrial, destaca-se: a) Sistema de Controle da Exposição ao Calor nos Trabalhos em Espaços Confinados da Rede Elétrica Subterrânea, (b) Cabeça de Serie - Desenvolvimento de Metodologia e Sistema Piloto de Controle da Condição Operativa dos Comutadores sob Carga e (c) Identificador de derivação nos ramais de entrada de linhas subterrâneas de BT energizado.

#### **10.8.c.iv montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Os projetos de 2016 em andamento da Light S.E.S.A. tiveram, do total do investimento, cerca de 37% de gastos em Projetos na fase de Pesquisa Aplicada, 1% de gastos na fase Desenvolvimento Experimental, 39% de gastos na fase de Cabeça de Série e 23% em Projetos na fase de Lote Pioneiro.

**10.9. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## **ANEXO II - Destinação do Lucro Líquido (conforme Instrução 481 (Anexo 9-1-II))**

Em função da apuração de **prejuízo** no exercício, o Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09 não é apresentado.

### **ANEXO III – Eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração**

**12.5. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:**

- a. nome**
- b. data de nascimento**
- c. profissão**
- d. CPF ou número do passaporte**
- e. cargo eletivo ocupado**
- f. data de eleição**
- g. data da posse**
- h. prazo do mandato**
- i. outros cargos ou funções exercidos no emissor**
- j. indicação se foi eleito pelo controlador ou não**
- k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência**
- l. número de mandatos consecutivos**

<b>Membros do Conselho de Administração:</b>											
<b>a. nome</b>	<b>b. data de nascimento</b>	<b>c. profissão</b>	<b>d. CPF</b>	<b>e. cargo eletivo a ocupar</b>	<b>f. data de eleição</b>	<b>g. data da Posse</b>	<b>h. prazo do mandato</b>	<b>i. outros cargos exercidos na Cia.</b>	<b>j. indicado pelo controlador</b>	<b>k. Membro independente</b>	<b>l. Número de mandatos consecutivos</b>
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	05/10/1948	Economista	098.044.046-72	Membro Titular	27.04.2017	27.04.2017	Até AGO 2018	Não ocupa	Sim	Não	Não há.
Luís Fernando Paroli Santos	26.11.1971	Analista de Sistemas	903.562.416-53	Membro Suplente	27.04.2017	27.04.2017	Até AGO 2018	Não ocupa	Sim	Não	Não há.
Leonardo Tadeu Dallariva Rocha	27.11.1975	Advogado	993.918.486-72	Membro Suplente	27.04.2017	27.04.2017	Até AGO 2018	Não ocupa	Sim	Não	Não há
Andrea Belo Lisboa Dias	18.07.1966	Consultora de Gestão	580.343.586-49	Membro Suplente	27.04.2017	27.04.2017	Até AGO 2018	Não ocupa	Sim	Não	Não há
Patricia Gracindo Marques de Assis Bentes	11.12.1965	Administradora de empresas	810.318.827-15	Membro Suplente	27.04.2017	27.04.2017	Até AGO 2018	Não ocupa	Sim	Não	Não há

**d. informações sobre:**

**i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:**

- **nome e setor da atividade da empresa**
- **cargo**
- **se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor**

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor**



### **Conselho de Administração:**

#### **Membro Titular:**

##### **José Afonso Bicalho Beltrão da Silva**

O Sr. José Afonso é economista, com mestrado em Economia Regional pela UFMG. É Secretário da Fazenda de Minas Gerais desde janeiro de 2015. Anteriormente ocupou o cargo de Assessor do Ministro MDIC e do BNDES (2013 e 2014). Atualmente é o presidente do Conselho de Administração da CEMIG, conselheiro de administração da TAESA – Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. e da Parati S.A. – Participações em Ativos de Energia Elétrica (desde março de 2015), todas com atividades no setor de energia.

#### **Membros Suplentes:**

##### **Luís Fernando Paroli Santos**

O Sr. Luís Fernando Paroli é analista de sistemas, com MBA em Logística e Suprimentos pela UEMG. Atualmente ocupa os cargos de Diretor de Distribuição e Diretor de Relações Institucionais e Comunicação (Interino) da CEMIG (desde dezembro de 2016). Anteriormente ocupou o cargo de assessoria da presidência da CEMIG (2016), foi Diretor de Administração de Furnas Centrais Elétricas S.A. (2008 a 2016), todas com atividades no setor de energia. Foi Presidente (2015 a 2016), Vice-Presidente (2011 a 2014) e presidente do Conselho Diretor da Fundação COGE, que é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cuja missão é prover conhecimento e soluções de gestão empresarial)

##### **Leonardo Tadeu Dallariva Rocha**

O Sr. Leonardo Dallariva é advogado com pós-graduação em Direito processual pelo IEC. É sócio do escritório de advocacia Natal Carlos da Rocha e Advogados Associados S.C. e atualmente ocupa o cargo de Superintendente da SUPRAM Central (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável), desde agosto de 2016. Anteriormente foi Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Defesa Social do Estado de Minas Gerais (2016) e Assessor Jurídico Especial da mesma Secretaria (2015).

##### **Andrea Belo Lisboa Dias**

A Sra. Andrea Belo é bacharel em letras pela UFMG, com diversas especializações, entre elas Relações Internacionais pela PUC Rio e Gestão de Responsabilidade Social pela PUC Minas. Foi Consultora AC da Hope Recursos Humanos (2015/2016) atuando na Diretoria de Engenharia, Tecnologia e Materiais da Petrobrás (Setor de petróleo e gás) e Consultora Sênior I da Radix Engenharia e Desenvolvimento de Software atuando na Gerência de Tecnologia do Centro de Pesquisas Tecnológicas (CENPES) (2013 a 2015), no setor de tecnologia.

**Patricia Gracindo Marques de Assis Bentes**

A Sra. Patrícia Gracindo é administradora de empresas, mestre em Finanças e Marketing pela USP. Desde de 2012 é sócia diretora da Estatic Holdings, consultoria da área de mercado de capitais. Anteriormente ocupou o cargo de Diretora Vice-Presidente do Banco Bracce (até 2012). Além disso, é membro efetivo do Conselho de Administração da Cemig, Cemig D e Cemig GT desde outubro de 2016 e é membro efetivo independente no Conselho de Administração da Renova Energia S.A., desde janeiro de 2017.

**ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor**

O Sr. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva é o presidente do Conselho de Administração da CEMIG, conselheiro de administração da TAESA – Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. e da Parati S.A. – Participações em Ativos de Energia Elétrica.

A Sra. Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes é conselheira de administração da Cemig, Cemig D e Cemig GT.

O Sr. Luís Fernando Paroli Santos é atualmente Diretor de Distribuição e Diretor de Relações Institucionais e Comunicação (Interino) da CEMIG, controlador direto do emissor.

Os candidatos não ocupam cargos em organizações do terceiro setor.

**n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:**

**i. qualquer condenação criminal**

**ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas**

**iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer**

Os senhores indicados para membros do Conselho de Administração, mencionados no item 12.5 acima, declararam para todos os fins de direito que, nos últimos 5 anos, não estiveram sujeitos aos efeitos de qualquer condenação criminal, qualquer condenação ou aplicação de pena em processo administrativo perante a CVM ou qualquer condenação transitada em julgado, na

esfera judicial ou administrativa, que tivesse por efeito a suspensão ou a inabilitação para a prática de qualquer atividade profissional ou comercial.

**12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo**

Todos os indicados terão seus primeiros mandatos como conselheiros de administração na Companhia.

**12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

A Companhia não possui comitês de assessoramento.

**12.8. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários<sup>1</sup>, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo**

Não se aplica.

**12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:**

**a. administradores do emissor**

**b. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**

**c. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**

Não possuem

**d. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

---

<sup>1</sup> As informações prestadas neste item devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

Não possuem

**12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:**

**a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social.**

**b. controlador direto ou indireto do emissor**

O Sr. Luís Fernando Paroli Santos é atualmente Diretor de Distribuição e Diretor de Relações Institucionais e Comunicação (Interino) da CEMIG, acionista que faz parte do bloco de controle da Light S.A, única acionista da Companhia.

O Sr. José Afonso Bicalho Beltrão da Silva é o presidente do Conselho de Administração da CEMIG, acionista que faz parte do bloco de controle da Light S.A., única acionista da Companhia.

A Sra. Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes é conselheira de administração da Cemig, Cemig D e Cemig GT. A CEMIG faz parte do bloco de controle da Light S.A., única acionista da Companhia.

**c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não se aplica.

**12.13. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

Não há.

#### **ANEXO IV – Fixar a remuneração anual global dos administradores**

Para o exercício social de 2017 (período de janeiro a dezembro), a Companhia apresentou, em Reunião do Conselho de Administração de 28 de março de 2017, a proposta de remuneração anual global dos Administradores da Light S.E.S.A. no valor total de R\$ 23.521.213,00 (vinte e três milhões, quinhentos e vinte e um mil, duzentos e treze reais).

<b>Proposta 2017</b>	<b>Light S.E.S.A.</b>
Conselho de Administração	2.110.949
Diretoria Estatutária	21.410.264
<b>Total</b>	<b>23.521.213</b>

A Companhia disponibiliza a seguir tabela sumária com o montante anual consolidado, segregado por órgão, apresentando (i) os valores aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2016, e (ii) os valores realizados, conforme divulgados nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e a serem aprovados em Assembleia Geral Ordinária dia 28 de abril de 2017.

<b>2016 - Real x Proposto</b>	<b>Proposta AGO 2016 (jan/16 a dez/16)</b>	<b>Realizado 2016 (jan/16 a dez/16)</b>	<b>Diferença</b>
Conselho de Administração	1.882.421	1.420.978	-461.443
Diretoria Estatutária	18.409.231	17.182.386	-1.226.845
<b>Total</b>	<b>20.291.652</b>	<b>18.603.364</b>	<b>-1.688.288</b>

A seguir, a Companhia também disponibiliza tabela com o montante anual consolidado, segregado por órgão, apresentando (i) os valores aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2016, e (ii) os valores propostos para o exercício social de 2016, a serem aprovados em Assembleia Geral dia 28 de abril de 2017.

<b>Proposta 2016 x 2017</b>	<b>Proposta AGO 2016</b>	<b>Proposta AGO 2017</b>	<b>Diferença</b>
Conselho de Administração	1.882.421	2.110.949	228.528
Diretoria Estatutária	18.409.231	21.410.264	3.001.033
<b>Total</b>	<b>20.291.652</b>	<b>23.521.213</b>	<b>3.229.561</b>

O valor proposto para o exercício social de 2017 é 12,2% superior à proposta aprovada na AGO de 2016, justificado principalmente por: (i) reajuste pela inflação; e (ii) diferença do bônus do exercício de 2016.

**13.2. Remuneração total por órgão reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal <sup>2</sup>:**

Remuneração total prevista para o exercício social corrente:

<b>2017</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Total</b>
Número de membros	9	18	27
Número de membros remunerados	8	18	26
<b>REMUNERAÇÃO FIXA ANUAL:</b>	<b>9.379.090</b>	<b>2.110.949</b>	<b>11.490.039</b>
salário ou pró-labore	6.330.915	1.691.208	8.022.123
benefícios diretos e indiretos	1.274.714	81.500	1.356.214
outros (encargos)	1.773.461	338.241	2.111.702
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais
<b>REMUNERAÇÃO VARIÁVEL</b>	<b>12.031.174</b>	<b>0</b>	<b>12.031.174</b>
bônus	9.399.355	0	9.399.355
outros (encargos)	2.631.819	0	2.631.819
<b>BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>BENEFÍCIOS MOTIVADOS PELA CESSAÇÃO DO EXERCÍCIO DO CARGO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>TOTAL R\$</b>	<b>21.410.264</b>	<b>2.110.949</b>	<b>23.521.213</b>

<sup>2</sup> As informações sobre a política de remuneração devem abranger comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, bem como estruturas organizacionais assemelhadas, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, desde que tais comitês ou estruturas participem do processo de decisão dos órgãos de administração ou de gestão do emissor como consultores ou fiscais.

## Remuneração total realizado em 2016

<b>2016</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Total</b>
Número de membros	9	18	27
Número de membros remunerados	7,92	13,33	21,25
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>9.541.162</b>	<b>1.420.978</b>	<b>10.962.140</b>
Salário ou Pro Labore	6.107.669	1.184.148	7.291.817
Benefícios diretos ou indiretos	1.262.865		1.262.865
Outros (encargos)	2.170.628	236.830	2.407.458
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais
<b>Remuneração variável</b>	<b>5.996.198</b>		<b>5.996.198</b>
Bônus	4.684.530		4.684.530
Participação de resultados	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0
Comissões	0	0	0
Outros (encargos)	1.311.668		1.311.668
<b>Cessação do cargo</b>	<b>1.645.025</b>		<b>1.645.025</b>
<b>Baseada em ações</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Observação</b>	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM.	O número de membros deste órgão equivale à média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM.	
<b>Total da remuneração</b>	<b>17.182.385</b>	<b>1.420.978</b>	<b>18.603.363</b>

### Remuneração total realizado em 2015

<b>2015</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Total</b>
Número de membros	7,33	15	22,33
Número de membros remunerados	8,08	14,17	22,25
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>9.535.798</b>	<b>1.334.755</b>	<b>10.870.553</b>
Salário ou Pro Labore	5.283.943	1.112.296	6.396.239
Benefícios diretos ou indiretos	1.663.340		1.663.340
Outros (encargos)	2.588.515	222.459	2.810.974
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais
<b>Remuneração variável</b>	<b>5.381.411</b>		<b>5.381.411</b>
Bônus	4.204.227		4.204.227
Participação de resultados	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0
Comissões	0	0	0
Outros (encargos)	1.177.184		1.177.184
<b>Cessação do cargo</b>	<b>3.944.678</b>		<b>3.944.678</b>
<b>Baseada em ações</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Observação</b>	O número de membros deste órgão equivale á média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM.	O número de membros deste órgão equivale á média anual do número de membros do órgão apurado a cada mês, conforme orientação da CVM.	
<b>Total da remuneração</b>	<b>18.861.887</b>	<b>1.334.755</b>	<b>20.196.642</b>



### Remuneração total realizado em 2014

2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de membros	17,92	8	25,92
Número de membros remunerados	13,33	8	<b>21,33</b>
<b>Remuneração fixa anual</b>	<b>1.189.820</b>	<b>7.273.180</b>	<b>8.463.000</b>
Salário ou Pro Labore	991.517	5.066.596	6.058.113
Benefícios diretos ou indiretos		772.804	772.804
Outros (encargos)	198.303	1.433.780	1.632.083
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais
<b>Remuneração variável</b>		<b>4.663.749</b>	<b>4.663.749</b>
Bônus		3.643.554	3.643.554
Participação de resultados	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0
Comissões	0	0	0
Outros (encargos)		1.020.195	1.020.195
Descrição de outras remunerações variáveis	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais	Refere-se a encargos sociais
<b>Pós emprego</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Cessaçã o do cargo</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Baseada em ações</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Total da remuneração	<b>1.189.820</b>	<b>11.936.929</b>	<b>13.126.749</b>

### 13.7. Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não Há.

**13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.**

Não há.

**13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos**

Não há.

**13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.**

A Companhia aprovou no dia 24/04/2014, em Assembleia Geral Extraordinária, nova outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo ("Plano") da Light S.A., na mesma modalidade de Opção Fantasma, aprovada na AGE de 03 de março de 2008 (baseada em indicadores financeiros e não envolvendo opções de ações da Companhia).

O valor do Plano não excederá R\$ 12.788.860,00 (doze milhões setecentos e oitenta e oito mil oitocentos e sessenta reais), em moeda de dezembro de 2013, para 4 anos, considerando as diretrizes abaixo:

- Público Elegível: Presidente e Diretores
- Alinhamento dos interesses dos executivos aos objetivos dos acionistas;
- Criação de valor em uma visão de longo prazo e de sustentabilidade.
- Alinhamento com as práticas de mercado no que tange a remuneração total

As Opções Fantasmas serão outorgadas aos participantes considerando a variação da Unidade de Valor da Light ("UVL") definida a partir do Plano de Metas da Companhia, que servirá de base para a apuração dos valores reais do Plano no futuro.

A UVL será calculada anualmente através da seguinte fórmula:

$$\text{UVL} = 30\% \text{ VM} + 40\% \text{ VE} + 30\% \text{ VD}$$

Onde:

- **VM (Valor de Mercado)** = Cotação média diária da ação da Light (LIGT3) na Bovespa, calculada pela divisão do Volume Financeiro pela Quantidade de Títulos negociados durante o período de 16/11 a 15/12 do ano anterior ao cálculo.
- **VE (Valor Econômico)** = Valor baseado em múltiplos crescentes de EBITDA
- **VD (Valor Dividendos)** = Valor baseado nos dividendos pago